



**UNIVERSIDADE DO MINDELO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA EM  
ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EMPRESA**

**IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**  
**ESTUDO DE CASO DA SOCIEDADE CABOVERDIANA DE**  
**TABACOS, SA**

**Autor:** Lilian Cacilda Rodrigues

**Orientador:** Msc. João Da Graça Fermino

**Mindelo, julho de 2017**



**LILIAN CACILDA RODRIGUES**

**IMPORTÂNCIA DA DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA**  
**ESTUDO DE CASO DA SOCIEDADE CABOVERDIANA DE TABACOS, SA**

Monografia sujeita à obtenção do grau de  
Licenciatura do Curso de Organização e Gestão de  
Empresas da Universidade do Mindelo

**ORIENTADOR: Msc. JOÃO DA GRAÇA FERMINO**

**Mindelo, junho de 2017**

## DECLARAÇÃO

Lilian Cacilda Rodrigues, autora da monografia intitulada  
“Até que ponto uma boa Gestão de Fluxo de Caixa influencia  
nas tomadas de decisões financeiras das Empresas”  
declaro que, salvo fontes devidamente citadas  
e referidas, o presente documento é fruto do  
meu trabalho pessoal, individual e original.

Cidade do Mindelo, julho de 2017

Lilian Cacilda Rodrigues

Memória Monográfica apresentada à  
Universidade do Mindelo  
Como parte dos requisitos para obtenção do  
Grau de Licenciatura em Organização e

Gestão de Empresas.

## DEDICATÓRIA

*Dedico esta monografia a todos os que, ao longo dos quatro anos me apoiaram, especialmente a minha primeira filha, que, mesmo sendo uma criança ainda pequena, mas sempre compreendeu a minha ausência na vida dela.*

## AGRADECIMENTOS

Agora que a fase mais aguardada se aproxima, quero agradecer a todos os que me apoiaram e me deram força para superar todos os obstáculos que me foram surgindo.

À minha família por tudo o que fizeram por mim, por todo o seu apoio e paciência.

Ao meu orientador, e amigo Mestre João da Graça Fermino, pelas suas sábias orientações.

Não posso deixar de realçar o meu coordenador do curso Eng.º Emanuel Spencer, pelo apoio e dedicação que me proporcionou ao longo dos quatro anos.

A todos os meus colegas, que de alguma forma me apoiaram ao longo desta caminhada, em especial a aqueles que estiveram mais próximos de mim me apoiando em tudo o que fosse preciso.

A minha gratidão para com todos os colaboradores da empresa Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos S.A., em especial ao Dr. Adriano pela prontidão em me ajudar.

Aos meus docentes, por me terem fornecido as ferramentas necessárias para ter concluído, com sucesso, a minha licenciatura.

A todos estes, e a tantos outros, que me apoiaram direta ou indiretamente, o meu sincero

**MUITO OBRIGADO!**

## EPÍGRAFE

“Os resultados provêm do aproveitamento das  
oportunidades e não da solução dos problemas.

A solução de problemas só restaura a  
normalidade. As oportunidades significam  
explorar novos caminhos”.

(Peter Drucker)

## RESUMO

Hoje, num mundo tão competitivo e de constantes mudanças, que põem em risco a sobrevivência de quase todas as empresas que não estão preparadas para se adaptarem aos novos estilos de gestão e instrumentos de trabalho, cada uma, de uma forma ou de outra, trabalha firmemente em se diferenciar para obter sucesso nos seus negócios e atingir resultados esperados.

Em virtude disto, verifica-se uma crescente necessidade por parte das empresas em buscarem instrumentos que as auxiliem no controlo das entradas e saídas dos seus recursos financeiros e monetários. O instrumento que responde eficazmente a essa necessidade é a demonstração dos fluxos de caixa.

Tendo em conta essa realidade, esse trabalho de investigação iniciou-se com uma breve história da contabilidade e a importância da demonstração dos fluxos de caixa. Em segundo lugar, foi feita uma abordagem conceptual que dá as definições mais importantes de um demonstrativo de fluxos de caixa e uma breve referência sobre a harmonização contabilística. Abordou-se os seguintes aspetos em relação a harmonização: as (NFR 2) Normas de Relato Financeiro 2, a (DFC) Demonstração de fluxos de caixa, e a metodologia na preparação da DFC.

Destacou-se a entrada em vigor do Sistema Nacional de Contabilidade e Relato Financeiro (SNCRF) em Cabo Verde. Também se efetuou o enquadramento teórico, onde foi descrito os métodos de elaboração da DFC e, mostram-se as vantagens dos dois métodos. Por último, fez-se uma abordagem prática que visa demonstrar em números tudo o que foi dito na teoria, mais especificamente os resultados da SCT, S.A. Para a concretização do trabalho, utilizou-se a metodologia qualitativa, de carácter exploratório, com recurso a pesquisas bibliográficas, *sites* na internet, na análise de Fluxo de Caixa dos exercícios económicos de 2014 e 2015 e uma entrevista.



**Palavras-chave:** Demonstrações financeiras, fluxo caixa, tomada de decisão.

## ABSTRACT

In today's world, so competitive and ever changing that jeopardizes the survival of most of the companies which are not prepared to adjust to the new management styles and working tools, each company, one way or another, is trying hard to create its own identity so as to be successful in its business and get the expected results.

In conformity with that, companies are involved in seeking instruments helping them control the inflows and outflows of their financial and monetary resources. The instrument complying with that imperative is the statement of cash flows.

With that reality in mind, this paper started with a brief history of accounting and the importance of the cash flows. Then, a conceptual approach was made to give the most important definitions of cash flows, and to make a brief reference to the harmonization of accounting. These concepts were approached in relation to harmonization: the financial reporting standards 2, the statement of cash flows, and the methodology used in preparing the statement of cash flows.

The implementation of the National System of Accounting and Financial Reporting (SNCRF) in Cape Verde is highlighted in the paper. A theoretical approach was made to describe the two methods to put together the statement of cash flows, and the advantages of the methods are presented. Lastly, a practical approach was made in order to demonstrate numerically everything that was stated theoretically, namely, the results of the SCT, S.A.

The qualitative methodology was used, with an exploratory character, and with the help of the bibliographical research, the search on the internet, the analysis of the cash flows corresponding to 2014 and 2015, and an interview.

**Keywords:** Financial statements, cash flow, decision making.

## Lista de siglas

*DFC – Demonstrações Fluxos de Caixa*

*DFs – Demonstrações Financeiras*

*DR – Demonstrações de Resultados*

*DACP – Demonstrações e Alterações Sobre o capital Próprio*

*IUR – Imposto Único sobre os Rendimentos*

*EGAE – Inspeção Geral das Atividades Económicas*

*CNC – Comissão da Normalização contabilística*

*EC – Estrutura conceptual*

*NIC – Normas Internacionais da Contabilidade*

*NRF – Normas do Relato Financeiro*

*PNC – Plano Nacional de Contabilidade*

*SCT – Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos*

*SNCRF – Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro*

*SA – Sociedade Anónima*

## Índice

<b>CAPÍTULO I- Introdução e Enquadramento do tema.....</b>	<b>1</b>
1- Introdução.....	1
1.1- A problemática da investigação .....	2
1.1.1- Justificativa do tema.....	2
1.1.2- Formulação do Problema da Pesquisa ou pergunta de partida.....	3
1.3- Objetivo do trabalho.....	3
1.3.1- Objetivo Geral.....	3
1.3.2- Objetivos Específicos.....	3
1.4- Procedimentos Metodológicos .....	4
<b>CAPÍTULO II - Breve resenha da contabilidade.....</b>	<b>6</b>
2- História da Contabilidade .....	6
2.1- Conceitos da Contabilidade.....	9
2.2- Organização financeira.....	10
2.2.1- Gestão financeira.....	10
2.2.2- Função Financeira .....	11
2.2.2.1- Os objetivos principais da função financeira .....	13
2.2.3- As tarefas da função financeira.....	14
2.2.3.1- Estratégia Financeira .....	14
2.3- O papel do gestor Financeiro .....	16
<b>CAPÍTULO III - Apresentação da demonstração dos fluxos de caixa .....</b>	<b>19</b>
3- A História da Demonstração do Fluxo de Caixa.....	19
3.1. Conceito de fluxos de caixa.....	23
3.1.1. Benefícios da Informação dos Fluxos de Caixa .....	25
3.1.2- Que Informações os Fluxos de Caixa permitem obter .....	25
3.2- Os objetivos da demonstração do fluxo de caixa .....	34
3.3- A Importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	37
3.4- Metodologia de Elaboração do Fluxo de Caixa .....	39
3.4.1- Objetivo na construção do mapa de demonstração de fluxos de caixa .....	44
<b>CAPÍTULO IV- Estudo caso .....</b>	<b>48</b>

4- Empresa (SCT, S.A.) Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos S.A. ....	48
4.1- Apresentação da SCT, SA.....	48
4.1.1- Estrutura do Capital Social e Acionistas .....	51
4.2- Recursos Humanos .....	51
4.3- Benefícios sociais.....	53
4.4- Responsabilidade Social.....	53
4.5- Atividade Comercial da SCT .....	53
4.5.1- Volume Vendas .....	54
4.6- Atividade Industrial.....	56
4.6.1- Os Investimentos .....	56
4.7- Aspetos de Carácter Administrativas Económicas e Financeiras da SCT, SA .....	57
4.7.1- A situação económica e financeira da SCT.....	59
4.7.2- Rendimentos operacionais .....	63
4.7.3- Gastos Operacionais.....	63
4.7.4- Indicadores económicos e financeiros .....	66
4.8- Analise das demonstrações Financeiras da SCT .....	67
4.8.1- Principais Politicas Contabilísticas .....	68
4.8.2- Demonstrações de Fluxo Caixa da SCT.....	68
5- Conclusões.....	74
6- Recomendações.....	76
7- Bibliografia.....	78
8- Websites.....	79
ANEXOS.....	80
Guião entrevista.....	81

## Índice de Tabelas

Tabela 1- Modelo Demonstração Fluxos Caixa, Método Direto .....	41
Tabela 2- Modelo demonstração Fluxo de caixa; Método Indireto .....	43
Tabela 3- Variação tempo trabalho dos colaboradores .....	52
Tabela 4- Benefícios sociais .....	53
Tabela 5- Situação Financeira e Patrimonial .....	61
Tabela 6- Rendimentos Operacionais .....	63
Tabela 7- Gastos Operacionais .....	63
Tabela 8- Resultados Financeiros .....	65
Tabela 9- Indicadores económicos e financeiros .....	66
Tabela 10- Demonstração de Fluxo de Caixa .....	70

## **CAPITULO I- Introdução e Enquadramento do tema**

### **1- Introdução**

O presente trabalho de investigação, Importância da (DFC) Demonstração de Fluxo de Caixa, direcionada as instituições de ensino, para que as auxiliem e ajudem encontrar respostas sólidas no final de um determinado período. A Demonstração de Fluxo de Caixa é uma das principais ferramentas para a contabilidade gerencial. Em Cabo Verde, a disponibilização da informação de fluxos de caixa tornou-se obrigatória com a aprovação do Decreto-Lei nº 5/2008 que introduziu o Sistema Nacional de Contabilidade e de Relato Financeiro – SNCRF – que vigora desde 1 de Janeiro de 2009, foi um ano da primeira apresentação de demonstrações financeiras produzidas com base no SNCRF.

A DFC evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades das entidades em determinado período, por meio dos fluxos de recebimentos e pagamentos. Quanto ao controle financeiro é que serão abordados e demonstrados alguns passos enfocando uma ferramenta que poderá ser fundamental para melhorar a gerência das finanças das empresas.

A utilização dessa ferramenta de gestão fornecerá à entidade o volume de capital necessário para suprir os compromissos do dia-a-dia, assim como disciplinar e alocar os recursos para suprir o caixa e/ou investimentos. O acesso a informações atualizadas proporcionará projeções futuras e ao mesmo tempo, sendo de fácil compreensão, tem levado as entidades a buscarem ferramentas de controlo, auxiliando no fluxo de informações de forma dinâmica, demonstrando tendências (positivas ou negativas) de seu fluxo de caixa.

O desenvolvimento desse tema envolve inicialmente discussões sobre as conceituações gerenciais básicas, além de justificar sua importância e a utilização de demonstrativo de fluxo de caixa como ferramenta a uma boa gestão das organizações. Conceitua os tipos de fluxo de caixa. Indica os vários elementos que devem compor o fluxo e as formas para a análise e utilização. Mostra também as transações que afetam o caixa das entidades. Com

uma economia dinâmica e globalizada, a informação para uma gestão eficiente e eficaz se tornou fundamental para o gestor das entidades.

Por se tratar de uma ferramenta de apoio à contabilidade gerencial, atualmente pouco utilizada, pode ilustrar em tempo real a verdadeira situação da empresa e pode intervir nela a qualquer momento, ajustando seu planeamento e orçamento, antecipando fatos que poderiam prejudicar a entidade. Portanto, por se tratar de uma ferramenta da contabilidade gerencial que visualiza as ocorrências financeiras da empresa, a DFC é uma ferramenta que auxilia o gestor na tomada de decisão.

## **1.1- A problemática da investigação**

### **1.1.1- Justificativa do tema**

Em Cabo Verde, a disponibilização da informação de fluxos de caixa tornou-se obrigatória com a aprovação do Decreto-Lei nº 5/2008 que introduziu o Sistema Nacional de Contabilidade e de Relato Financeiro – SNCRF – que vigora desde 1 de Janeiro de 2009, foi um ano da primeira apresentação de demonstrações financeiras produzidas com base no SNCRF.

Encontramos nesta situação uma boa oportunidade para abordarmos este tema e contribuir, de certa forma, para abrandar as dificuldades na sua elaboração e pôr em destaque a importância da informação que disponibiliza.

A relativa carência no uso deste instrumento pela maioria dos utilizadores da informação financeira e o facto de recentemente ter sido exigido a sua apresentação nas demonstrações financeiras das empresas cabo-verdianas, são fatores que, aliados à relevância do tema justificam plenamente a pertinência do tema e o nosso propósito e empenho na sua abordagem.

Este trabalho foi realizado partindo do pressuposto de que o fluxo de caixa é uma importante ferramenta de gestão que permite aos empresários ter maior controle sobre a circulação do

dinheiro na empresa, além de auxiliar na tomada de decisões no que toca as decisões de financiamento do capital de Social bem como as decisões de investimento do lucro. Desta forma será desenvolvido os temas que se propõe produzir ferramentas essenciais para o controlar as tomadas de decisão.

### **1.1.2- Formulação do Problema da Pesquisa ou pergunta de partida**

Para alcançar os objetivos propostos, torna-se necessário definir um pressuposto ou uma pergunta de partida que possibilitará a estruturação e o desenvolvimento de todo o trabalho: **Até que ponto uma boa gestão do fluxo de caixa influencia nas tomadas de decisões financeiras nas empresas?**

## **1.3- Objetivo do trabalho**

Para que se possa responder a problemática da pesquisa, os objetivos propostos para o alcance dos resultados são enunciados da seguinte forma:

### **1.3.1- Objetivo Geral**

Mostrar a eficiência e eficácia da demonstração fluxo de caixa no processo decisório da gestão financeira da empresa.

### **1.3.2- Objetivos Específicos**

- Caraterizar os aspetos relacionados com os fluxos de caixa;
- Descrever a estrutura das DFC;
- Verificar qual a capacidade da gestão em utilizar a DFC como ferramenta para a análise financeira;
- Mostrar os modelos de DFC, verificando como estão sendo aplicados os excedentes de caixa;
- Apresentar os principais indicadores financeiros contidos nas DFC.



## 1.4- Procedimentos Metodológicos

De acordo com Marconi e Lakatos (2007), a seleção da metodologia está diretamente relacionada com o problema a ser estudado, dependendo de fatores como a natureza do fenómeno, com o objeto de pesquisa e outros elementos que possam surgir no campo de investigação. Barañano (2004) salienta que na metodologia deverá ser indicada a natureza e o tipo de estudo a realizar, as técnicas para obtenção de dados e quais os métodos para a exploração dos dados obtidos.

Para alcançar os objetivos e seguir uma linha de orientação, este trabalho de investigação foi norteado num paradigma empírico-analítico (positivista), com uma abordagem qualitativa, onde o pesquisador interpreta a realidade. Do ponto de vista do objetivo geral, foi utilizado nesta investigação, o nível exploratório-descritivo.

A pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito, podendo envolver levantamento bibliográfico, baseada em livros, revistas e outras informações pertinentes recolhidas na *internet*, servindo como ponto de partida para o início do trabalho propriamente dito, cujo objetivo é obter maiores informações sobre o tema escolhido e poder, portanto, definir os objetivos e a problemática da investigação.

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal, descrever as características de determinadas populações ou fenómenos. Destaca-se também a descrição de processos organizacionais, estudo dos níveis de eficiência de entidades. A utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados, como questionário e a observação sistemática é uma de suas características.

Dada a natureza qualitativa da informação requerida, o estudo de caso, será o instrumento metodológico central a ser utilizado neste trabalho de investigação.

A entrevista foi outro instrumento de recolha de informações utilizado neste trabalho de investigação, que segundo Andrade (2006), constitui um instrumento eficaz na recolha de dados fidedignos para a elaboração de uma pesquisa, efetuadas a pessoas experientes no problema a ser pesquisado, desde que seja bem elaborada, bem realizada e bem interpretada.

O instrumento utilizado na aquisição dos dados/informações foi, entrevista semiestruturada, baseada num guião com pouca rigidez, com intuito de recolher informações relevantes para o estudo em questão. A análise foi feita a partir da interpretação dos dados das demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2014 e 2015, com intuito de confrontar as respostas com a análise dos dados de modo a compreender melhor os procedimentos do tema em causa.

## **CAPÍTULO II - Breve resenha da contabilidade**

### **2- História da Contabilidade**

A história da contabilidade é tão antiga quanto a própria história da civilização. Está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos factos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos. Deixando a caça, o homem voltou-se à organização da agricultura e do pastoreio. A organização económica acerca do direito do uso do solo acarretou em separabilidade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual.

Ao morrer, o legado deixado por esta pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais (pater, patris) denominou-se património. O termo passou a ser utilizado para quaisquer valores, mesmo que estes não tivessem sido herdados.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registos do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade.

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registos.

Foi o pensamento do "futuro" que levou o homem aos primeiros registos a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção etc. Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controlo, que não poderia ser feito sem o devido registo, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada.

É importante lembrarmos que naquele tempo não havia o crédito, ou seja, as compras, vendas e trocas eram à vista. Posteriormente, empregavam-se ramos de árvore assinalados como prova de dívida ou quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios.

A medida em que as operações económicas se tornam complexas, o seu controle se refina. As escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões.

No período medieval, diversas inovações na contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja. Mas é somente na Itália que surge o termo Contabilidade.

Podemos resumir a evolução da ciência contábil da seguinte forma:

**Contabilidade do Mundo Antigo** - período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o *Liber Abaci*, da autoria Leonardo *Fibonacci*, o *Pisano*.

**Contabilidade do Mundo Medieval** - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o *Tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por Partidas Dobradas) de *Frei Luca Pacioli*, publicado em 1494, enfatizando que à teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

**Contabilidade do Mundo Moderno** - período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra "*La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche*", da autoria de *Francesco Villa*, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

**Contabilidade do Mundo Científico** - período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje. E assim se deu o início da fase científica da Contabilidade.

Entretanto a escola Europeia teve peso excessivo da teoria, sem demonstrações práticas, sem pesquisas fundamentais: a exploração teórica das contas e o uso exagerado das partidas dobradas, inviabilizando, em alguns casos, a flexibilidade necessária, principalmente, na Contabilidade Gerência, preocupando-se demais em demonstrar que a Contabilidade era uma ciência ao invés de dar vazão à pesquisa séria de campo e de grupo.

A partir de 1920, aproximadamente, inicia-se a fase de predominância norte-americana dentro da Contabilidade.

Enquanto declinavam as escolas europeias, floresciam as escolas norte-americanas com suas teorias e práticas contábeis, favorecidas não apenas pelo apoio de uma ampla estrutura económica e política, mas também pela pesquisa e trabalho sério dos órgãos associativos.

O surgimento do *American Institut of Certield Public Accountants* foi de extrema importância no desenvolvimento da Contabilidade e dos princípios contábeis; várias associações empreenderam muitos esforços e grandes somas em pesquisas nos Estados Unidos. Havia uma total integração entre académicos e os já profissionais da Contabilidade, o que não ocorreu com as escolas europeias, onde as universidades foram decrescendo em nível, em importância.

A criação de grandes empresas, como as multinacionais ou transnacionais, por exemplo, que requerem grandes capitais, de muitos acionistas, foi a causa primeira do estabelecimento das teorias e práticas contábeis, que permitissem correta interpretação das informações, por qualquer acionista ou outro interessado, em qualquer parte do mundo.

Nos inícios do século atual, com o surgimento das gigantescas corporações, aliado ao formidável desenvolvimento do mercado de capitais e ao extraordinário ritmo de desenvolvimento que os Estados Unidos da América experimentou e ainda experimenta, constitui um campo fértil para o avanço das teorias e práticas contábeis. Não é por acaso que

atualmente o mundo possui inúmeras obras contábeis de origem norte-americanas que tem reflexos diretos nos países de economia.<sup>1</sup>

## 2.1- Conceitos da Contabilidade

Segundo, Da Silva & Martins (2009, pág. 16), a Contabilidade é uma ciência que estuda o património, entendido como um conjunto de bens, direitos e obrigações de uma entidade, tanto no aspeto quantitativo, como qualitativo.

*“Estudar a história da contabilidade proporciona a oportunidade de conhecer as suas evoluções ou decadência, a origem de seus termos e das suas aplicações”.*

A contabilidade ainda pode ser vista, como a ciência que estuda, interpreta e regista os fenómenos que afetam o património de uma entidade. Ela alcança sua finalidade através do registo e análise de todos os factos relacionados com a formação, a movimentação e as variações do património administrativo, vinculado à entidade, com o fim de assegurar seu controle e fornecer a seus administradores as informações necessárias à ação administrativa, bem como a seus titulares (proprietários do património) e demais pessoas com ele relacionadas, as informações sobre o estado patrimonial e o resultado das atividades desenvolvidas pela entidade para alcançar os seus fins.

Existe ainda uma dificuldade em classificar a contabilidade. Apesar de no geral ser considerada uma ciência social, assim como economia e administração, algumas vezes ela é chamada técnica ou arte.

No entanto, independente de sua classificação, é esta técnica, arte ou ciência que adquire cada vez maior importância, dado o crescimento das corporações, entidades e empresas, que exige grande eficácia dos profissionais da contabilidade, para que sejam capazes de trabalhar a infinita gama de informações que são necessárias ao estudo e controle do património.

---

<sup>1</sup>História da contabilidade. <[www.sintec-imp.com.br](http://www.sintec-imp.com.br)> informativos».

## **2.2- Organização financeira**

Na opinião de Caldeira Menezes (2001), a organização financeira, significa cortar gastos e poupar podem ser um sacrifício se a tarefa for executada sem planeamento. Só há uma maneira para atingir o equilíbrio financeiro: fazer escolhas sensatas, tendo plena consciência de suas decisões, o que elas implicam e suas consequências. Pode parecer fácil, mas não é. Frear certos impulsos consumistas é questão de amadurecimento e autocontrole e isso só se obtém com a prática. Porém, com o tempo você percebe, através dos resultados positivos, que tudo se torna mais fácil quando há planeamento.

O primeiro passo para organizar as finanças é estabelecer objetivos. A partir daí, listá-los em ordem de prioridade. O ideal é traçar inicialmente uma meta simples e de curto prazo para que os resultados apareçam mais facilmente. Os pagamentos das dívidas devem fazer parte do cronograma de qualquer organização.

### **2.2.1- Gestão financeira**

Na opinião de alguns autores, a Gestão Financeira pode ser visto de várias formas tais como:

- A gestão financeira abrange o conjunto de técnicas cujos objetivos principais consistem na obtenção regular e oportuna dos recursos financeiros necessários ao funcionamento e desenvolvimento da empresa, ao menor custo possível e sem alienação da sua independência e, também, no estudo e controlo da rentabilidade de todas as aplicações a que são afetos esses recursos (económicos e financeiros).
- As decisões financeiras traduzem-se essencialmente numa opção entre a detenção de diversos tipos de ativos, de natureza física ou monetária; esta opção aparece necessariamente associada à expectativa de obtenção de um resultado positivo, atual ou futuro, e, na medida em que envolve a efetivação de previsões sobre o comportamento a curto e a longo prazo de determinados parâmetros (custos e proveitos), igualmente se caracteriza por certo grau de incerteza ou de risco, que não

é independente da natureza e da duração da operação financeira inerente a essa escolha”.

- A gestão financeira é um instrumento utilizado para controlar da forma mais eficaz possível, no que diz respeito à concessão de crédito para clientes, planeamento, análise de investimentos e, de meios viáveis para a obtenção de recursos para financiar operações e atividades da empresa, visando sempre o desenvolvimento, evitando gastos desnecessários, desperdícios, observando os melhores “caminhos” para a condução financeira da empresa.
- A gestão financeira serve para manusear da melhor forma possível os recursos financeiros e tem como objetivo otimizar o máximo que se puder o valor agregado dos produtos e serviços da empresa, a fim de se ter uma posição competitiva diante de um mercado repleto de concorrência, proporcionando, deste modo, o retorno positivo a tudo o que foi investido para a realização das atividades da mesma, estabelecendo crescimento financeiro e satisfação aos investidores. (Caldeiras Menezes 2001, pág. 34-39).

Entretanto, na opinião de Sá Silva (2007, pág. 21), tradicionalmente, a função financeira limitava-se ao controlo das entradas e saídas de fluxos monetários num determinado exercício. As preocupações básicas consistiam na manutenção de um saldo de disponibilidades que permitisse assegurar o normal funcionamento da empresa. Para esse efeito, deveria antecipar-se as entradas resultantes das cobranças de clientes e escalonar a liquidação dos débitos aos fornecedores.

### **2.2.2- Função Financeira**

Em suma, a função financeira tinha por grande objetivo a gestão das disponibilidades expressa na relação básica do equilíbrio financeiro (gestão de disponibilidade) para um determinado período, em a empresa é visto como uma corrente contínuo de fluxos traduzido no seguinte princípio base:



$$\text{Saldo Inicial} + \text{Entrada} = \text{Saída} + \text{Saldo Final}$$

Inicialmente Função financeira identifica na empresa como tesouraria ou seja gestão de recebimento e pagamento.

A função financeira consiste na preparação, na assunção, na execução e no controlo das decisões financeiras na empresa. (Menezes (2001 pág. 34)

As precauções fundamentais função financeira incidem sobre:

- Manutenção no nível de disponibilidade
- Cobrar rapidamente as dívidas aos clientes.
- Programação adequada do pagamento das dívidas aos fornecedores\ credores.

Segundo Sá Silva (2007) a posição financeira de uma empresa é revelada através do balanço, que evidencia:

- Os recursos económicos que controlam – estão relacionados com a predição da capacidade da empresa para gerá-los, no futuro, caixa e equivalentes;
- A estrutura financeira – está relacionada com a predição de futuras necessidades de empréstimos e de como os lucros futuros e os fluxos de caixa serão distribuídos, bem como o sucesso de obtenção de fundos adicionais;
- A liquidez (curto prazo) e solvência (prazo mais longo) – predição da capacidade da empresa em satisfazer os seus compromissos à medida que se vencerem.

Ainda segundo Sá Silva (2007) o desempenho de uma empresa é revelado, essencialmente, através da demonstração de resultados (DR) e, igualmente, através da demonstração de alterações dos capitais próprios (DACP), e evidencia:

- A rentabilidade;
- Capacidade para gerar fluxos no futuro.

As alterações na posição financeira são reveladas através da demonstração dos fluxos de caixa e evidenciam:

- As atividades operacionais, de investimento e de financiamento;
- A capacidade da empresa para gerar caixa e equivalentes de caixa;
- As necessidades de utilizar os fluxos de caixa. (idem)

### **2.2.2.1- Os objetivos principais da função financeira**

A teoria financeira tradicional considera que o objetivo da gestão financeira é a maximização do lucro da empresa. Essa é uma visão microeconómica, sob a perspetiva empresarial, na medida em que se centra nos resultados da exploração económica da empresa (lucro). (Carvalho das Neves 2006).

Assim, essa visão tradicional foi substituída por outra, a de maximização da riqueza dos acionistas, que deve ser entendida como o valor atual dos fluxos monetários que, no futuro, a empresa poderá vir a conferir aos titulares do seu capital.

Por outro lado, sendo a maximização da riqueza do acionista um bom indicador para medir o valor da empresa, considerando no geral todas as empresas e todos os investidores, pode-se substituir a ideia de maximização do valor da empresa.

Segundo Nabais & Nabais (2005) - A teoria financeira tradicional, uma variante da visão microeconómica da empresa, considera que o objetivo da empresa é a maximização do lucro, um fator importante que explica o aumento do valor da empresa. Trata-se de uma perspetiva empresarial muito restrita, visto que o lucro é uma medida subjetiva e condicionada pelas normas e princípios contabilísticos emanados do Plano Oficial de Contabilidade. O conceito de lucro não é muito relevante para a análise económica e financeira e para Gestão Financeira, que se preocupa, sobretudo, com a formação e montante dos fluxos monetários e que se traduz no cálculo do *cash flow*. Medida que leva em conta além do risco, o valor do dinheiro no tempo.

### **2.2.3- As tarefas da função financeira**

Ao gestor financeiro compete não só analisar o impacto das decisões operacionais na tesouraria, mas, igualmente, as políticas de financiamento e de investimento que se referem ao médio/longo prazo, isto é, à continuidade da empresa, à sua sustentabilidade. (Carvalho das Neves 2006, pág. 14 – 16).

A gestão financeira moderna decompõe-se em dois tipos de decisões:

A médio e longo prazo (estratégia Financeira):

- Política de financiamento
- Política de investimento
- Política de distribuição de resultados

A curto prazo ou gestão de tesouraria em sentido lato (Decisões operacionais):

- Gestão do ativo circulante (clientes e existências)
- Gestão dos débitos de curto prazo (fornecedores)

#### **2.2.3.1- Estratégia Financeira**

Segundo Carvalho das Neves (2006), a estratégia financeira, não é mais do que uma extensão da conceção tradicional centrada sobre o financiamento, mas há que acrescentar que:

- A política financeira assume um papel preponderante e preocupa-se fundamentalmente com a análise da rentabilidade e do risco potenciais das decisões que, envolvendo um horizonte temporal alargado, implicam um dispêndio de fundos no presente em troca de um potencial de entrada de fundos.
- A política de financiamento visa, principalmente, proporcionar à empresa os fundos de que esta necessita em função da sua política de investimento e de desenvolvimento;

- A política de distribuição de resultados tem um carácter marginal e dedica-se ao estudo da melhor forma de afetar a riqueza adquirida pela empresa entre a retenção em reservas e o pagamento de dividendos aos acionistas, atendendo às condições e restrições legais e fiscais a que a mesma e os detentores do seu capital estão sujeitos;
- O documento fundamental da gestão financeira a médio e a longo prazo é o planeamento financeiro, que é a tradução do plano da empresa em entradas e saídas de fundos, com vista ao teste global do equilíbrio financeiro previsional a longo prazo ( $\text{entradas} + \text{saldo inicial} - \text{saídas} > \text{saldo final desejado}$ ). (idem).

Relativamente ao curto prazo (gestão de tesouraria), que é o prolongamento das tarefas originais da função financeira, pode-se destacar o seguinte:

- A gestão do ativo circulante, que compreende para além da já referida gestão das disponibilidades, a gestão ou controlo do crédito concedido à clientela, o controlo financeiro das existências e a aplicação dos excedentes temporários de tesouraria (v.g. depósitos a prazo e títulos negociáveis);
- A gestão dos débitos a curto prazo, que engloba a gestão das relações financeiras com os fornecedores e restantes devedores correntes (sector público estatal, por exemplo), assim a cobertura dos défices temporários de tesouraria (v.g. pelo recurso ao crédito bancário);
- O documento central da gestão financeira a curto prazo é o orçamento de tesouraria, que não é mais do que a tradução do orçamento global da empresa em termos de recebimentos e pagamentos previsionais, com vista ao teste do equilíbrio de tesouraria de curto prazo ( $\text{recebimentos} + \text{saldo inicial} - \text{pagamentos} > \text{saldo final desejado}$ ). (Carvalho das Neves (2006),)

### 2.3- O papel do gestor Financeiro

O papel do gestor financeiro consiste em, primeiramente assegurar os recursos financeiros e segundo, na boa gestão da aplicação dos meios disponibilizados de forma a garantir o permanente equilíbrio financeiro da empresa e obter os melhores resultados. (Consulta de *experts*).

O gestor financeiro tem como objetivo o aumento do valor do património líquido da empresa, por meio da geração de lucro líquido, decorrente das atividades operacionais da empresa. (Consulta de *experts*).

Logo, resumidamente de forma simples, podemos dizer que o gestor financeiro tem a seu cargo três tarefas de grande dimensão:

- Gerir com eficiência;
- Decidir sobre quais os investimentos que a empresa deve fazer;
- Como financiar esses investimentos.

O primeiro e o segundo aspeto dizem respeito a boa aplicação de fundos e terceiro com a sua obtenção.

O gestor financeiro moderno tem que lidar com questões operacionais e questões relacionais com o mercado financeiro.

O gestor para desenvolver a sua atividade precisa de ativos reais (equipamentos, instalações, matéria prima, etc.) que têm de ser comprados. Para conseguir o dinheiro necessário a empresa contrai empréstimos, emite obrigações, etc., e os cedentes passam a dispor de determinados direitos, representados por ativos financeiros ou títulos. Os ativos reais têm de produzir disponibilidades suficientes para fazer face aos compromissos assumidos com ativos financeiros. (Consulta de *experts*).

O gestor a curto prazo tem como função a gestão de tesouraria da empresa. Esta consiste no processo de regulação dos pagamentos e recebimentos da empresa de forma que esta possa fazer face, sem falhas, às responsabilidades que assumiu, e obter os meios financeiros adicionais nos casos em que há défice de tesouraria, ao menor custo possível, ou de aplicar os excedentes criados de forma a obter a melhor remuneração possível.

A médio e longo prazo, o gestor financeiro é responsável por definir e implementar a estratégia de financiamento da empresa com vista a precaver a sua estabilidade e ao mesmo tempo maximizar os resultados líquidos da empresa (relação Retorno / Risco).

De acordo com Chiavenato (2005), a função do Administrador Financeiro de uma empresa além de tomar decisões de investimentos e de financiamentos, é analisar o controlo financeiro, ou seja, coordenar, monitorar e avaliar as atividades da empresa através de dados financeiros.

Na conceção desse mesmo autor, o Gestor Financeiro do século XXI ainda tem muito das características tradicionais, porém além destas características acresce-se o conhecimento e a maneira de agir para aumentar o valor das atividades da empresa, como também a sociedade como um todo.

Na opinião dele, o Diretor Financeiro deveria ter o perfil da seguinte forma:

- a) Características Pessoais (as mais importantes, pois dependem de esforço pessoal para serem desenvolvidas e mantidas): transparência, ética, disciplina, comprometimento efetivo, orientação para resultados, disponibilidade, formação de times e equipes, motivação, assertividade, pró-atividade, inteligência interpessoal.
- b) Características Profissionais (são importantes e necessárias, porém partindo-se de um mínimo de conhecimento e com um treinamento orientado e efetivo geralmente podem ser desenvolvidas): conhecimentos técnicos, conhecimentos

de informática, idiomas, CRM (*Customer Relationship Management*), políticas corporativas, visão de negócios, envolvimento com o mercado.

Ainda, segundo Chiavenato (2005), mais importante do que as características pessoais e profissionais é a vocação para trabalhar com finanças, ou seja, gostar do que se faz e fazer o que se gosta é essencial. Para exercer a atividade na área de finanças o gestor financeiro tem que ter vocação para acompanhar as normas e procedimentos, conseguir trabalhar sob pressão, ser objetivo e assertivo, ser cumpridor das metas, apresentar resultados para a empresa visando desenvolver uma boa equipa de trabalho e liderar pelo exemplo.

## **CAPÍTULO III - Apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa**

### **3- A História da Demonstração do Fluxo de Caixa**

O tema fluxo de caixa tem vindo a ganhar importância no denominado relato financeiro das empresas. De facto, o leitor da informação contabilística proporcionada pelas demonstrações financeiras está cada vez mais sensibilizado para os aspetos da ótica de tesouraria ou de caixa.

A demonstração de fluxo de caixa tem como finalidade facilitar a vida dos preparadores das demonstrações financeiras, já sobejamente sobrecarregado com trabalhos de rotina ligados ao tratamento e validação dos dados tratados por parte da contabilidade.

No século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a ótica de caixa (“cash Basis”) veio a ser substituída pela ótica do acréscimo (“accrualbasis”) no apuramento do resultado. O apuramento deste, para além do apuramento das vendas e dos consumos, suscitava a necessidade de efetuar determinadas periodizações de gastos e rendimentos.

Por outro lado, os fluxos de caixa constituem grandezas relevantes nos processos de análise do investimento e do financiamento, bem como na avaliação de empresas.

Até a II Grande Guerra, a Demonstração de fluxo de caixa não foi considerada relevante para os gestores e analistas financeiros. Nas décadas posteriores, começou a surgir um número crescente de relatórios anuais das empresas em que se notava falta de uniformidade na terminologia, no âmbito e no formato.

A informação então divulgada cingia-se à comparação da situação financeira de um balanço para outro, não se explicitando as divergências entre os resultados constantes dos documentos de prestação de contas e os fundos disponíveis para a distribuição de dividendos, pagamentos de dívidas e aquisição de ativos fixos.

Considerando a ausência destas informações nas contas, o “*American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*” publicou, em 1961, um estudo de pesquisa contabilística



intitulado “Análise dos Fluxos de Caixa e o Mapa de origens e Aplicações de Fundos”, da autoria do “*Accounting Principles Board (APB)*”, instituição igualmente norte americana.

A publicação não obrigatória deste mapa ganhou popularidade até 1971, ano em que o APB publicou a opinião nº 19 em que considerava que um mapa financeiro devia ser divulgado para preencher as lacunas entre o balanço, a demonstração de resultados e a aplicação de resultados.

Nos anos oitenta, aumentou o interesse do mapa em causa, designadamente na importância em divulgar os fluxos de caixa aos destinatários dos documentos de prestação de contas face às suas expectativas.

A clareza e a utilidade desta informação, aliadas à comparabilidade dos documentos, foram determinantes para que o “*Financial Accounting Standard Board (FASB)*” elaborasse um memorando em que resumia a importância dos fluxos e da liquidez financeira.

A referida falta de comparabilidade entre os documentos de prestação de contas de várias entidades, acrescida do reconhecimento da importância das informações referentes aos fluxos de caixa, levaram a FASB a aprovar, em 1987, a norma 95 – “Demonstração dos Fluxos de Caixa” que revogou a citada opinião nº19.

A norma FASB nº 95 exige que uma empresa, para além de elaborar um conjunto de documentos de prestação de contas em que divulgue não apenas a respetiva situação financeira, mas também os resultados das suas operações, deve igualmente elaborar uma demonstração de fluxo de caixa para cada período em que traduza, em unidades monetárias, os resultados das operações. Esta exigência aplica-se a todas as empresas, incluindo instituições financeiras e pequenas empresas.

A nível dos Países da União Europeia, o interesse por esta demonstração vem aumentando, havendo vários países membros que desenvolveram estudos nesse sentido (Alemanha, Dinamarca, Holanda e Portugal). No seguimento das respostas a um inquérito distribuído

em meados de 1993, o Fórum consultivo da contabilidade que era um organismo de consulta criado no âmbito da XV Direção Geral da União Europeia decidiu criar um grupo de trabalho com o objetivo de preparar um documento, entretanto aprovado e eventualmente recomendado pela União aos Países membros.

O documento de trabalho elaborado pelo grupo foi intitulado “*CASH FLOW STATEMENTS*” e foi objeto de discussão pelos membros do Fórum nas reuniões entretanto havidas. Contudo, não foi fácil obter consensos nesta matéria o que fazer e pensar certas óticas contabilísticas amplamente praticadas e divulgadas nos Países europeus.

Embora a Demonstração dos Fluxos de Caixa possa ser vista como o resultado do processo evolutivo atrás descrito, representa uma mudança importante das anteriores práticas de divulgação contabilística, baseadas em informações preparadas numa base na contabilidade em regime de acréscimo e que constam dos documentos de prestação de contas. A demonstração em causa evidencia as informações preparadas numa base de caixa.

Por outro lado, a Demonstração de Fluxos de Caixa veio dar um passo importante na divulgação objetivo do Mapa da demonstração de origem e aplicação de fundos como um meio de reconciliar as alterações das rubricas do balanço de um momento para outro.

Importa referir que as maiores dificuldades, ao nível das exigências da preparação e divulgação, se concentram na classificação rigorosa das categorias de fluxo de caixa operacionais, de investimento e de financiamento.

Em alguns países a filosofia adotada para Demonstração de Fluxo de Caixa acompanhou o modelo previsto nas NIC – Normas Internacionais de Contabilidade. Na verdade, as necessidades de informação baseada na comparação de montantes insertos nas rubricas de dois balanços sucessivos passaram a assentar nas variações de tesouraria e suas mutações (caixa e seus equivalentes) entretanto havidas.

Assim, o relatório dos auditores externos sobre as contas anuais das entidades abrangidas pelo Código do mercado de Valores Mobiliários, divulgado pela Câmara dos Revisores Oficiais de Contas aos seus membros em Abril de 1993, tinha em vista o parecer sobre as contas de 1992 e previa a enumeração de informações financeiras suplementares, designadamente:

- Fluxos líquidos de caixa relativos às atividades operacionais, seja pelo método direto, seja pelo método indireto;
- Pagamentos e recebimentos relacionados com as atividades de investimento em ativos fixos tangíveis, intangíveis e financeiros;
- Pagamentos e recebimentos relacionados com o financiamento, quer por capital alheio, quer por capital próprio;
- Conciliações dos movimentos acima descritos com a variação ocorrida nas contas de caixa e equivalentes entre o início e o fim do período.

Tal exigência surge no seguimento dos trabalhos desenvolvidos pela CNC - Comissão de Normalização Contabilística que criou um grupo de trabalho integrando três membros da Comissão Executiva e que elaborou um projeto da Diretriz nº14 – Demonstração de Fluxo de Caixa, aprovada em reunião do Conselho Geral de 7 de Julho de 1993 e publicada no Diário da Republica, II série, de 17 de Dezembro do mesmo ano, em anexo ao regulamento nº 93/11 da Comissão de Mercado dos Valores Mobiliários. O regulamento em causa foi de aplicação já em 1993 por parte das empresas cotadas, admitindo-se nesse ano a adoção do método indireto na elaboração da referida Demonstração.

Entretanto, a CNC propôs ao Governo um projeto de diploma que torna-se obrigatória a elaboração desta Demonstração Financeira por parte das sociedades obrigadas a terem revisão legal de conta, o que veio a ter consagração no Decreto – Lei nº 79/2003, de 23 de Abril.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup>Segundo a obra de António Caiado e Primavera Gil, no manual *Metodologia de Elaboração dos fluxos de Caixa*, publicado (11 de 2004).

Em Cabo Verde esta demonstração só passou a ser de apresentação obrigatória com a aprovação e entrada em vigor a 1 de Janeiro de 2009 do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, (Norma de Relato Financeiro nº 21)

### **3.1. Conceito de fluxos de caixa**

A definição de fluxo de caixa, apesar de aparentemente simples, gera uma série de interpretações.

Conforme António Borges & Azevedo Rodrigues (2008,P.44)<sup>3</sup>, a demonstração de fluxo de caixa é um quadro de informação histórica detalhada que evidencia os recebimentos e os pagamentos de uma empresa, durante um determinado período de tempo. Trata-se de um quadro que visa responder a uma questão simples mas que preocupa muitos empresários que é saber de onde veio o dinheiro e onde foi aplicado.

Importa dizer que no âmbito da demonstração de fluxo de caixa, a palavra caixa tem um significado mais amplo do que aquele por que vulgarmente é conhecida.<sup>4</sup>

Com efeito, caixa compreende o numerário e os depósitos bancários facilmente mobilizáveis. Por outro lado, é utilizado a expressão equivalentes de caixa que compreende os outros depósitos bancários e os investimentos de curto prazo cuja conversão em numerário possa efetuar-se sem grandes riscos de alteração de valor no prazo máximo de três meses a contar da data da sua constituição ou aquisição. São ainda de incluir como componentes negativos dos equivalentes a caixa os descobertos bancários.

De um modo geral, a DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa vem apresentar informações sobre os fluxos das transações e eventos que afetaram o caixa da empresa ao longo de um

---

<sup>3</sup>Livro: *Contabilidade e Finanças para Gestão*

<sup>4</sup>Que segundo o Plano Oficial de Contabilidade (POC) inclui os meios de pagamento, tais como notas de banco e moedas metálicas de curso legal, cheques e vales postais, nacionais ou estrangeiros

determinado período, de forma organizada e estruturada por atividades, permitindo uma melhor compreensão e articulação entre os diversos componentes das demonstrações financeiras. Por esta demonstração é possível avaliar as alternativas de investimentos e as razões que provocaram as mudanças da situação financeira da empresa.

Uma análise cuidada desta demonstração permite que a empresa tenha controlo sobre as entradas e as saídas de dinheiro, possibilitando, assim, que importantes decisões sejam tomadas em momentos oportunos. Normalmente estas decisões têm como objetivo maximização dos resultados pretendidos. Assim, a DFC é um importante mapa para a análise e o planeamento financeiro.

A demonstração dos fluxos de caixa deve relatar os fluxos (entrada e saída) de caixa durante o período, classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A informação acerca dos fluxos de caixa reveste-se de grande utilidade, dado não existir total correlação entre os resultados apurados e os meios monetários disponíveis, por exemplo, o facto de uma entidade apurar lucros não significa que disponha de dinheiro para, por exemplo, distribuir esses lucros, reembolsar os empréstimos, pagar impostos, investir ou pagar trabalhadores.

Para além disso permite os utilizadores das demonstrações financeiras, conhecer as fontes de entrada de dinheiro para a entidade durante um determinado período de tempo, bem como o destino que lhe foi dado. Ou seja, de forma simples, permite saber como foi obtido e utilizado o dinheiro no período em análise, complementando o conhecimento proporcionado para as restantes demonstrações financeiras.

A capacidade de geração de fluxos de caixa confere a entidade informações competitivas sobre quem não tem capacidade de criar liquidez. Também a sua divulgação por segmento de negócio e / ou geográficos permite dar a conhecer os segmentos com maior menor capacidade de geração de valores monetários, informação relevante na definição de estratégia da própria entidade.

### **3.1.1. Benefícios da Informação dos Fluxos de Caixa**

Uma demonstração dos fluxos de caixa, quando utilizada juntamente com o resto das demonstrações financeiras, proporciona informação que facilita aos utentes avaliar as alterações nos ativos líquidos de uma empresa, da sua estrutura financeira (incluindo a sua liquidez e solvência) e da sua capacidade de afetar as quantias e tempestividade dos fluxos de caixa a fim de adaptar-se às circunstâncias e oportunidades.

A informação dos fluxos de caixa é útil na determinação da capacidade da empresa de gerar dinheiro e seus equivalentes e facilita aos utentes desenvolver modelos para determinar e comparar o valor presente dos fluxos de caixa futuros de diferentes empresas. Facilita também a comparabilidade da divulgação da consecução operacional por diferentes empresas porque elimina os efeitos do uso de diferentes tratamentos contabilísticos das mesmas operações e eventos. (Campos Pires 2004, pág. 236).

### **3.1.2- Que Informações os Fluxos de Caixa permitem obter**

- Permitem conhecer as fontes de caixa que a empresa teve acesso e o destino que lhe foi dado;
- Detetar os problemas de tesouraria e o potencial de negócio;
- Inventariar as necessidades em capitais alheios e a capacidade de reembolsá-los;
- Apurar os cash-flows dos ciclos e o cash-flow real;
- Detetar as variações ocorridas na estrutura financeira (liquidez e solvabilidade) e a capacidade de gerar meios pagamentos em tempo.

Tradicionalmente, o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício são os demonstrativos mais utilizados para análise económica e financeira. A informação prestada pelo balanço é de natureza estática<sup>5</sup>, tem significado na data a que se reporta, dando a conhecer os recursos financeiros da empresa e sua estrutura de financiamento. Por sua vez, a demonstração de resultados, que cobre a atividade económica da empresa, permite

---

<sup>5</sup>Traduz a posição financeira da entidade numa determinada data.

conhecer o seu desempenho durante um determinado período (se no período a empresa teve resultado positivo ou negativo) e o que contribui para tal.

Estes quadros são produzidos em regime de acréscimo<sup>6</sup>. Dado que este regime põe em relevo a realidade económica das operações em detrimento da realidade financeira (receitas e despesas) e monetária (recebimentos e pagamentos), A DFC vem preencher uma lacuna informativa mostrando qual a variação dos meios monetários (caixa) no período e o que a originou. A expressão cash-flows (fluxo de caixa) surgiu nos Estados Unidos da América num relatório da sociedade *Northern Central Railroad*, em 1863, mas só em 1971 viriam a ser tornadas obrigatórias, pelo Instituto Americano das Operações da Bolsa, as análises que utilizam este importante conceito financeiro. (Caldeira Menezes 2001, pág. 108).

De acordo com Almeida e Barros (2009 pág. 247 - SNCRF), podemos utilizar os seguintes conceitos:

- Fluxos de caixa são os influxos (recebimentos, entradas) e Ex fluxos (pagamentos, saídas) de caixa e seus equivalentes.
- Caixa – compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem.
- Equivalentes de caixa – são investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que sejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Os equivalentes de caixa são detidos com finalidade de ir ao encontro dos compromissos de caixa a curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. Para um investimento se qualificar como um equivalente de caixa ele tem de ser prontamente convertível para uma quantia conhecida de dinheiro e estar sujeito a um risco insignificante de alterações de valor.

---

<sup>6</sup>De acordo com a Norma de Relato Financeiro Nº 1 “uma entidade deve preparar as suas DF’s (exceto para a informação de fluxo de caixa) utilizando o regime de acréscimo. De acordo com a Estrutura Conceptual do IASB, (e adotada pelo Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro – SNCRF). Sob este regime os efeitos das operações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando elas ocorrem (e não quando o dinheiro ou o seu equivalente seja recebido ou pago) sendo registadas nos livros contabilísticos e relatadas nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

Por isso, um investimento só se qualifica normalmente como um equivalente de caixa quando tiver um vencimento a curto prazo, seja três meses ou menos a partir da data de aquisição. Os investimentos de capital próprio são excluídos dos equivalentes de caixa a menos que sejam, em substância, equivalentes de caixa, por exemplo, no caso de ações preferenciais adquiridas dentro de um curto período do seu vencimento e com uma data específica de remição. (Almeida e Barros 2009, pág. 427 - SNCRF).

Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituam caixa e seus equivalentes porque estes componentes são partes da gestão de caixa de uma entidade e não parte das suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui investimento de excessos de caixa nos equivalentes de caixa. (idem).

O fluxo de caixa (designado em inglês por "*cash-flow*") refere-se ao montante de caixa recebido e gasto por uma empresa durante um período de tempo definido, algumas vezes ligado a um projeto específico.

Existem dois tipos de fluxos: - *outflow*, de saída, que representa as saídas de capital, subjacentes às despesas de investimento; e *Inflow*, de entrada, que é o resultado do investimento.

Segundo Caldeira Menezes (2001) o cash-flow real (previsional) consiste, como, aliás, decorre do significado da própria expressão, nos fluxos de caixa (tesouraria) da empresa, ocorridos (a ocorrer) durante um determinado período de tempo; portanto, o cash-flow compreende os recebimentos (*cash inflow*) e os pagamentos (*cash outflows*) da empresa ao longo de um período de tempo (histórico ou futuro) bem demarcado.

$$\text{Cash-flow (liquido total)} = \text{Cash Inflow} - \text{Cash Outflow}$$

O cash-flow é um conceito de natureza financeira, pois refere-se aos próprios fluxos financeiros e não só aos saldos anuais, e pode circunscrever-se à exploração (operacional *cash-flow*) ou ainda abranger a totalidade dos fluxos financeiros (*cash-flow total*).



O *cash-flow* não tem uma natureza económica, embora a rentabilidade de exploração influencie, positiva ou negativamente e como já sabemos a tesouraria da empresa; assim carece de rigor etimológico a identificação do operacional *cash-flow* com os meios libertos brutos de exploração ou do *cash-flow* (global) com os meios libertos líquidos totais ou ainda com os meios libertos líquidos totais retidos (autofinanciamento).

O mapa de DFC juntamente com os demais demonstrativos, servem de suporte para completar e consolidar o processo de análise da situação das entidades.

É de se admitir como resultado desta análise uma visão mais clara de como a empresa está a operar na sua exploração, se as obrigações estão a ser pagas em tempo oportuno pois o fluxo de caixa não tem só um poder informativo para os responsáveis da tesouraria, mas também para os detentores do capital, pois poderá ser utilizado para prever qual a melhor decisão a tomar para todos os interessados na informação financeira da empresa.

De acordo com a EC-Estrutura Conceptual do *IASB* (adotado pelo nosso SNCRF) as seguintes entidades são consideradas como utentes das DFs:

- Os investidores preocupam-se com os riscos inerentes aos seus investimentos e com a taxa de rendimento que os mesmos proporcionam. Assim sendo, necessitam de informação que os ajude na decisão de investir/desinvestir. Os acionistas estão, por seu lado, interessados na informação que lhes possibilite avaliar a capacidade da empresa em pagar os seus dividendos e aumentar o valor da sua participação financeira.
- Financiadores – eles estão interessados na informação que lhes possibilite avaliar se os seus empréstimos e correspondentes juros serão pagos nas datas de vencimento.
- Trabalhadores – a eles e aos seus grupos representativos (sindicatos, associações profissionais) interessa-lhes não só informação acerca da estabilidade e eficácia das organizações como também informação que lhes permita avaliarem a sua capacidade de fazer face às remunerações, pensões de reforma, manutenção do emprego.

- Fornecedores – eles estão interessados na informação que lhes possibilite verificar se as quantias devidas são pagas nas respetivas datas de vencimento, bem como do potencial da empresa em termos da sua atividade futura.
- Clientes – a eles têm interesse em verificar que existem condições para a continuidade da sua fonte de investimento.
- Administração Pública (AP) – para a AP as empresas são vista em diferentes perspetivas. São fonte de uma parte significativa das receitas do Orçamento, são empregadores, são utentes do serviço público.
- Público em geral - reconhece-se a crescente importância social das empresas, pelo impacto que tem na comunidade. Assume principalmente relevância a prestação de informação das empresas cotadas em Bolsa.

Tal como refere as Normas de Relato Financeiro 2 (NRF) do Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro (SNCRF) o mapa deve relatar os fluxos de caixa durante o período, classificado por atividades operacionais, de investimento e de financiamento conforme estabelecida na referida NRF.

As atividades empresariais são planeadas e orientadas para obterem resultados satisfatórios. Para alcançarem estes resultados é fundamental monitorar o fluxo de caixa. Ele deve ser atualizado constantemente visto que o dinamismo é uma das características principais deste mapa financeiro.

Para efeitos da demonstração de fluxo de caixa, os recebimentos e os pagamentos da entidade são classificadas nas três atividades seguintes:

### **1º- Atividades operacionais**

São as principais atividades produtoras de rédito da empresa e outras atividades que não sejam de investimento ou de financiamento; Na realidade, o conceito de fluxo de caixa quer dizer meios libertos, ou liquidez. Dos vários níveis de meios libertos, aqui interessa-nos apenas referir o que resulta diretamente da atividade operacional e dos seus impactos não só a nível de resultados (resultado operacional), mas também na variação de fundo de manio.

Assim o fluxo de caixa de exploração varia na razão direta do resultado operacional e na razão inversa da variação das necessidades em fundo de manuseio. Quando maior for o resultado operacional tanto maior poderão ser os meios libertos operacionais, quando mais elevadas forem as necessidades em fundo de manuseio, menor será a liquidez (meios libertos) da empresa. Isto porque, o aumento das necessidades de fundo de manuseio, está diretamente relacionada com o aumento de crédito a clientes (menores são as cobranças) e inversamente, com o aumento do crédito de fornecedores (maiores serão os pagamentos);

A quantia de fluxos de caixa proveniente de Atividades Operacionais é um indicador chave na medida em que as operações da entidade geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos, manter a capacidade operacional da entidade, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento. A informação acerca dos componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos é útil, na previsão de futuros fluxos de caixa operacionais.

Na opinião de outros autores as atividades Operacionais podem ser vistos da seguinte forma;

- O fluxo das atividades operacionais é um indicador chave da medida em que as operações da empresa geraram fluxos de caixa suficientes para pagar empréstimos obtidos, manter a capacidade operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos, sem recurso a fontes externas de financiamento. (Sá Silva 2007, pág. 163).
- Os fluxos de caixa das atividades operacionais são, principalmente, derivados das primeiras atividades geradoras de créditos da entidade e por isso são geralmente consequência das operações e dos outros acontecimentos que entram na determinação dos resultados da entidade. Permite também prever futuros fluxos de caixa operacionais. (Almeida e Barros 2009, pág. 81)<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Obra, Sistema Normatização Contabilístico e do Relato Financeiro (SNCRF)

Exemplos de fluxos de caixa de atividades operacionais:

- Recebimentos de caixa provenientes da venda de bens e da prestação de serviços; recebimentos de caixa provenientes de royalties, honorários, comissões e outros réditos; pagamentos de caixa a fornecedores de bens e serviços;
- Pagamentos de caixa a e por conta de empregados;
- Pagamentos ou recebimentos de caixa por restituições de impostos sobre rendimento, a menos que estes se relacionem com as outras atividades;
- Recebimentos e pagamentos de caixa de contratos detidos com a finalidade de negócio.
- Algumas transações, tal como a alienação de um elemento do ativo fixo tangível, originam ganhos ou perdas que são incluídos na demonstração dos resultados. Contudo, os fluxos de caixa relacionada com estas transações são classificados como pertencentes às atividades de investimento.

Uma entidade pode deter títulos e empréstimos para finalidades do negócio, situação em que são similares a inventários adquiridos especificamente para revenda. Por isso, os fluxos de caixa provenientes da compra e venda de títulos para negociar ou comercializar são classificados como atividades operacionais. De forma semelhante, os adiantamentos de caixa e empréstimos feitos por instituições financeiras são geralmente classificados como atividades operacionais desde que se relacionem com as principais atividades geradoras de réditos dessa entidade. (Rodrigues 2011, pág. 127,128).

## **2º- Atividades de investimento**

São a aquisição e alienação de ativos a longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Segundo Sá Silva (2007, pág. 164), Os fluxos das atividades de investimento são importantes porque representam a extensão pela qual os dispêndios foram realizados para recursos destinados a gerar rendimentos futuros e fluxos de caixa.

São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de investimento:

- Pagamento de caixa para aquisição de ativos fixos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo. Estes pagamentos incluem os relacionados com custos de desenvolvimento capitalizados e ativos fixos tangíveis auto construídos;
- Recebimentos de caixa por vendas de ativos tangíveis, intangíveis e outros ativos a longo prazo;
- Pagamento de caixa para aquisição de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesses em empreendimentos conjuntos (que não sejam pagamentos dos instrumentos considerados como sendo equivalentes de caixa ou dos detidos para finalidades de negócio);
- Recebimentos de caixa de vendas de instrumentos de capital próprio ou de dívida de outras entidades e de interesse em empreendimentos conjuntos (que não sejam recebimentos dos instrumentos considerados como equivalentes de caixa e dos detidos para finalidades do negócio);
- Adiantamentos de caixa e empréstimos feitos a outras entidades;
- Recebimentos de caixa provenientes do reembolso de adiantamentos e de empréstimos feitos a outras entidades;
- Pagamentos de caixa para contractos de futuros, contractos de forward, contractos de opção e contractos de swap exceto quando os contractos sejam mantidos para finalidades do negócio, ou os pagamentos sejam classificados como atividades de financiamento;
- Recebimentos de caixa provenientes de contractos de futuros<sup>8</sup>, contractos forward<sup>9</sup>, contractos de opção<sup>10</sup> e contractos de swap<sup>11</sup>, exceto quando os contractos sejam

---

<sup>8</sup>**Contractos de futuros** é um contrato estabelecido entre duas partes, o comprador e o vendedor, no qual é fixado um preço pelo qual uma determinada quantidade de um ativo será transacionado, numa determinada data futura designada data de vencimento do contrato futuro;

<sup>9</sup>**Contracto de forward** é um contrato estabelecido entre duas partes para comprar ou vender ativos numa determinada data futura, a um determinado preço;

<sup>10</sup>**Contracto de opção** é um contrato que dá ao comprador o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, ao vendedor da opção, uma determinada quantia, de um determinado ativo, a um determinado preço de exercício;

<sup>11</sup>**Contracto de swap** é um contrato estabelecido entre duas partes que acordam entre si a troca de cash-flows no futuro, em determinados períodos de tempo específicos, segundo determinadas regras.

mantidos para finalidades do negócio, ou os recebimentos sejam classificados como atividades de financiamento.

### **3º- Atividades de financiamento**

São as atividades que têm como consequência alterações na dimensão e composição do capital próprio e nos empréstimos obtidos pela empresa.

Ainda segundo **Sá Silva** (2007 pág. 164), Os fluxos de atividades de financiamento são importantes porque são úteis na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à empresa.

A divulgação separada de fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento é importante porque é útil na predição de reivindicações futuras de fluxos de caixa pelos fornecedores de capitais à entidade. (Almeida e Barros 2009, pág. 81)

São exemplos de fluxos de caixa provenientes de atividades de financiamento:

- Recebimentos de caixa provenientes da emissão de ações ou de outros instrumentos de capital próprio;
- b) Pagamentos de caixa por aquisição de ações (quotas) próprias, redução do capital ou amortização de ações (quotas);
- c) Recebimentos provenientes da emissão de certificados de dívida, empréstimos, livranças, obrigações, hipóteses e outros empréstimos obtidos a curto ou longo prazo;
- d) Desembolsos de caixa de quantias de empréstimos obtidos;
- e) Pagamento de caixa por um locatário para a redução de uma dívida em aberto, relacionada com uma locação financeira. (Almeida e Barros 2009, pág. 82)

### 3.2- Os objetivos da demonstração do fluxo de caixa

É um dado adquirido que nem sempre existe uma correlação entre resultados apurados e os fluxos de caixa; por exemplo, o facto de uma empresa apurar lucros não significa necessariamente que disponha de dinheiro para, designadamente, pagar dividendos, empréstimos, impostos e investir. (Sá Silva 2007, pág. 216).

Segundo Sá Silva (2007) a informação acerca dos fluxos de caixa reveste grande utilidade, pois permite aos utentes das demonstrações financeiras, por um lado, conhecer as fontes de caixa a que a empresa teve acesso durante um determinado período de tempo e, por outro lado, verificar o destino que lhes foi dado.

O fluxo de caixa é um instrumento aparentemente simples de ser definido, mas pode tornar-se difícil demonstrá-lo dentro de determinado padrão.

Por isso, com a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa, o usuário dessa demonstração tem uma visão de planeamento, de tomada de decisão e cede ao gestor a capacidade em lidar com muitas ações respeitantes ao caixa.

Essa demonstração pode permitir que investidores, credores e outros usuários avaliem:

- A capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa;
- A capacidade de a empresa honrar os seus compromissos, pagar dividendos e retornar os empréstimos obtidos;
- As variações ocorridas na estrutura financeira (liquidez<sup>12</sup>, solvabilidade<sup>13</sup> e da capacidade das empresas gerar meios de pagamento em tempo oportuno.
- O grau de precisão das estimativas passadas de fluxos futuros de caixa;

---

<sup>12</sup> Liquidez significa a capacidade de transformar as existências e as dívidas dos clientes em numerário a uma cadência correspondente a exigibilidade do passivo. Nabais e Nabais (2009 pág. 190).

<sup>13</sup> A solvabilidade de uma empresa ou de qualquer outro agente económico define-se como a capacidade em assegurar a liquidação dos seus débitos nas datas dos respetivos vencimentos. Cohen et al (1990 pág. 34).

- Os efeitos, sobre a posição financeira da empresa, das transações de investimentos e de financiamentos.

O objetivo principal da DFC é de proporcionar informação sobre os recebimentos e pagamentos de uma empresa, ocorridas durante um determinado período.

Um outro objetivo importante do mapa de fluxo de caixa é proporcionar aos utentes da informação financeira uma análise criteriosa do desempenho do fluxo financeiro da empresa, pois só assim o gestor poderá aferir os resultados, visualizar as deficiências e evitar eventuais desajustes logo, conduzir a uma melhor tomada de decisão.

Conhecer o desempenho e as necessidades do fluxo financeiro é de grande utilidade para a gestão empresarial, pois esse conhecimento é peça indispensável para apreciar a situação financeira da empresa e fazer a previsões futura.

Por meio de uma gestão de caixa adequada chegar-se-á a maiores lucros em função, sobretudo, da diminuição das despesas financeiras.

Enquanto que, para (Zdanowicz (1992), o principal objetivo do fluxo de caixa é dar uma visão das atividades desenvolvidas bem como operações financeiras que são realizadas, no grupo do ativo circulante, dentro das disponibilidades, e que representam o grau de liquidez da empresa. Assim, pode-se perceber que o fluxo projetado é uma ferramenta que permite ao administrador financeiro controlar o ativo da empresa, o qual é a riqueza da mesma e o que gera o lucro.

Sendo este mapa um importante instrumento de gestão, possibilita que a empresa conhecer o volume de capital necessário, para programar os compromissos futuros, bem como sistematizar a locação de recursos para suprimento de caixa e/ou investimentos.

A informação sobre fluxo de caixa é uma informação de natureza monetária e financeira da empresa. É através do fluxo financeiro que as empresas planeiam e tomam decisões



importantes de investimentos, de financiamentos e de distribuição de recursos importantes para a continuidade do empreendimento.

Evidentemente, todos os factos descritos acima, principalmente a decisão de distribuição de recursos (dividendos, juros), dependem de outros eventos e políticas da empresa. A existência pura e simples de caixa não determina a distribuição obrigatória desses recursos e tão pouco a existência pura e simples de lucro não determina que a empresa tenha que distribuí-los. O caso prático é disto um bom exemplo. Aliás, uma Demonstração de Fluxo de Caixa deve evidenciar e explicar o facto de que disponibilidade de caixa não significa lucro, e lucro nem sempre significa disponibilidade de caixa.

De acordo com as Leis Cabo Verdiana o objetivo da demonstração do Fluxos de Caixa defina-se no seguinte:

O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) aprovado pelo Decreto-Lei nº 5/2008 de 4 de Fevereiro e a vigorar em Cabo Verde desde 1 de Janeiro de 2009 veio substituir o Plano Nacional de Contas (PNC) aprovado pelo Decreto-lei nº4/84, de 30 de Janeiro, com o objetivo de acompanhar os desenvolvimentos havidos nas diretivas internacionais quanto a qualidade da informação financeira. É tido como consequência normal do efeito da harmonização contabilística internacional e visa pôr o País em condições de produzir informações contabilísticas que possam ser lidas e comparadas em qualquer ponto do globo.

O sistema fiscal encontra-se presentemente em fase de ajustamento e adaptações necessárias para poder estar em sintonia com esta nova realidade e, responder por outro lado, modernização do tecido económico do país e do mercado de capitais.

A contabilidade, além de importante enquanto sistema de produção de informações para uma boa gestão e proteção da integridade patrimoniais, é indispensável a qualquer organização económica e social, contribuindo para a racionalidade e eficiência na utilização dos recursos da empresa.

A demonstração de fluxo de caixa sendo uma demonstração financeira estabelecida pelas normas de relato financeiro do novo normativo contabilístico aparece como uma demonstração financeira de carácter obrigatório. No artigo 7º do Decreto-lei nº 5/2008 podemos ler: “As entidades sujeitas ao SNCRF são obrigadas a apresentar as seguintes demonstrações financeiras”:

- Balanços;
- Demonstração dos Resultados por Natureza;
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa, pelo método direto ou pelo método indireto;

Este normativo dispensa as pequenas entidades da apresentação deste mapa.

Os procedimentos para a elaboração do mapa de fluxos de caixa encontram-se vertidos na Norma de Relato Financeiro – NRF - Nº2 do SNCRF.

Esta norma tem como objetivo prescrever as bases quanto a estrutura e conteúdo da demonstração de fluxo de caixa, por forma a assegurar a comparabilidade quer com a demonstração de fluxo de caixa, da entidade, apresentada no período anterior, quer com a demonstração de fluxo de caixa de outras entidades.

### **3.3- A Importância da Demonstração dos Fluxos de Caixa**

Em todos os atos da nossa vida, mesmo nos mais insignificantes, temos necessidade de informação, que constitui um pilar vital para a tomada de um grande número de decisões.

Citando Baptista da Costa & Correia Alves (2008 – pág. 35),

*“Sendo a contabilidade um sistema de informação para a gestão, nunca será demais acentuar este seu carácter instrumental, de facto, a contabilidade valoriza os recursos postos à disposição da empresa, as obrigações contraídas e os meios utilizados na obtenção desses recursos, bem como os direitos assumidos e os meios obtidos na transmissão dos bens e dos serviços produzidos. E transmite, sob a forma adequada, aos diferentes utentes, os resultados dessas valorizações, que tanto podem ser históricos como prospetivos”.*

Se a contabilidade é, pois, uma ferramenta de gestão, isso significa que os gestores necessitam do produto dos sistemas contabilísticos para governarem as empresas.

A demonstração do fluxo de caixa tem sido considerada por alguns o mais importante instrumento de análise financeira, pois permite aos gestores fazer o controlo sobre a movimentação diária dos recursos financeiros, disponibilizando as informações relativas aos pagamentos, recebimentos e ao saldo, realizados e a serem realizados, diariamente e de forma acumulada.

A partir da elaboração de uma DFC, a empresa possui uma importante ferramenta para a tomada de decisão dos gestores, porque permite-lhes ver com precisão a situação económica da empresa.

Sem uma análise de risco e de rentabilidade, não se consegue prever qual o resultado que o investimento poderá trazer e, antes de cada operação é preciso analisar os fatores que influenciam a mesma, identificando os pontos fracos e os fortes, e qual a rentabilidade que cada operação poderá trazer.

Os gestores precisam de um instrumento que os ajuda a tomar as decisões. O fluxo de caixa destaca-se como um instrumento que ajuda no planeamento e controlo financeiro. (idem)

Segundo Lemes, Rigor, Cherobim (2002), defendem que, a partir do conceito de administração financeira, pode-se dizer que o fluxo de caixa é um dos instrumentos mais utilizados pelo administrador financeiro na gestão empresarial. A administração financeira é a arte e a ciência de administrar os recursos financeiros para maximizar a riqueza dos acionistas. Dessa forma, pode-se dizer que em todas as empresas deveria existir o controlo rígido de caixa.

Uma boa administração necessita de informações para que a atividade da empresa flua de maneira a atingir seu objetivo final que é o lucro. Atendendo que as informações sejam reais

e representem a situação da empresa no momento em que são levantadas, o administrador possui uma ferramenta importante para seu trabalho.

Para o fluxo de caixa ser instrumento de programação financeira, tem que corresponder às estimativas de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado. Com essa estimativa a organização das finanças torna-se mais correta em função de ter em mãos o que irá receber e o que irá pagar em certo período de tempo, podendo prever possíveis investimentos com as sobras, bem como a busca de recursos quando existir déficit no caixa da empresa.

Ainda podemos encontrar na obra de Gitman (2002, p.586) está claro o porquê da importância do planeamento do caixa:

*“O planeamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se tem certeza quando haverá caixa suficiente para sustentar as suas obrigações, ou dar-lhes crédito quando se necessitar de financiamentos”.*

Em momentos de falta de caixa a empresa poderá ter dificuldades em encontrar bancos que os financie ou então as taxas serão muito onerosas que a empresa terá dificuldades de pagá-los.

### **3.4- Metodologia de Elaboração do Fluxo de Caixa**

A demonstração de fluxo de caixa pode ser elaborada e divulgada por dois métodos seguintes:

- **Método direto**

É aquele em que são divulgados os principais componentes dos recebimentos de caixa e dos pagamentos de caixa, em termos brutos, permitindo aos utilizadores compreender o modo como a empresa obtém e utiliza os meios de pagamentos. De acordo com as IAS 7, segundo este método, são divulgadas as principais classes dos recebimentos de caixa brutos e dos pagamentos de caixa bruto.

Trata-se do método recomendado pelas IAS 7, na medida em que se refere expressamente que

*“As empresas são encorajadas a relatar fluxos de caixa de atividades operacionais usando o método direto. Este método proporciona informações que pode ser útil na estimativa de fluxo de caixa futuro e que não é disponibilizada pelo método indireto”.*

Os principais componentes dos recebimentos e dos pagamentos, podem ser obtidos por uma de duas vias:

- 1- Diretamente dos registos contabilísticos da empresa, mediante a adoção de rubricas apropriadas (por exemplo a criação de um subsistema informativo integrado no sistema de informação contabilístico para a relevação dos movimentos do fluxo de caixa);
- 2- Pelo ajustamento da vendas custo das vendas (juros e créditos similares e juros e encargos similares para uma instituição financeira) e outro itens da demonstração de resultados relativamente a:
  - 2.1- Variações ocorridas, durante o período contabilístico em inventários e nas dívidas operacionais a receber e apagar;
  - 2.2- Outra rubricas não relacionadas com caixa;
  - 2.3- Outros itens cujos efeitos de caixa respeitem os fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

O método direto possibilita-nos uma visão analítica das entradas e saídas de dinheiro em caixa e banco, mostrando efetivamente as movimentações dos recursos financeiros ocorridos no período. A grande vantagem desse método é que as informações de caixa podem estar disponíveis diariamente.

O quadro que seguinte representa o mapa de demonstração (individual / consolidada) de fluxo de caixa num de terminado período.

**Tabela 1-** Modelo Demonstração Fluxos Caixa, Método Direto

RUBRICAS	NOTA	Período	
		N	N+1
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimento de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamento a pessoal		-	-
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		+ / -	+ / -
Pagamentos/recebimentos de impostos sobre o rendimento		- / +	- / +
Outros recebimentos/pagamentos		+ / -	+ / -
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		+ / -	+ / -
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:		-	-
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Subsídios de investimentos		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>		+	+
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		+	+
Recebimentos provenientes de:		+ / -	+ / -
Financiamentos obtidos			
Realizações de capitais e de outros instrumentos de capitais próprios			
Cobertura de prejuízos			
Doações		+	+
Outras operações de financiamento		+	+
Pagamentos respeitantes a:		+	+
Financiamentos obtidos		+	+
Juros e gastos similares		+	+
Dividendos		+	+
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento (3)</b>		-	-
Variação de caixa e de seus equivalentes (1+2+3)		-	-
Efeitos das diferenças de câmbios		-	-
		+ / -	+ / -
Caixa e seus equivalentes no início do período		+ / -	+ / -
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+ / -	+ / -

Fonte: Manual “As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade”

▪ **Método indireto**

É aquele em que o resultado líquido do período é ajustado, por forma a excluírem-se os efeitos de operações que não sejam por caixa, de quaisquer de ferimento ou acréscimo de recebimentos a pagamentos de caixa operacionais passados ou futuros, e itens de crédito ou gastos associados com fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

Neste método, a determinação do fluxo líquido de caixa das atividades operacionais é feita a partir dos resultados líquidos do exercício ajustando-o pelos efeitos de:

- 1- Variações ocorridas, durante o período contabilístico, nos inventários e nas dívidas operacionais a receber e a pagar;
- 2- Itens não relacionados com caixa tais como amortizações, provisões, impostos diferidos, diferenças de câmbio não realizadas, resultados não distribuídos de associados e interesses minoritários;
- 3- Todos os outros itens cujos efeitos de caixa respeitem os fluxos de caixa de investimento ou de financiamento.

**Tabela 2-** Modelo demonstração Fluxo de caixa; Método Indireto

RUBRICAS	NOTA	Período	
		N	N+1
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado líquido do período			
Ajustamentos:			
Depreciações e amortizações		+	
Imparidade (perdas / reversões)		+ / -	
Juros valor (reduções / aumentos)		+ / -	
Previsões (aumento / reduções)		+ / -	
Diferenças de câmbio não realizadas (ganhos / perdas)		+ / -	
Juros e rendimentos similares obtidos		+	
Juros e gastos similares suportados		-	
Alienação de ativos fixos tangíveis (ganhos / perdas)		+ / -	
Outros gastos e rendimentos		+ / -	
Ativos biológicos (aumento/ diminuição) Ativos intangíveis		+ / -	
Inventários (aumentos / diminuições)		+ / -	
Contas a receber (aumentos / diminuições)		+ /	
Gastos diferidos (aumentos / diminuições)			
Contas a pagar (aumentos / diminuições)			
Recebimentos diferidos (aumentos / diminuições)			
Outros ativos correntes (aumentos / diminuições)			
Outros passivos correntes (aumentos / diminuições)		+ / -	+ / -
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>			
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	-
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		+	+
Ativos fixos intangíveis		+	+
Investimentos financeiros		+	+
Outros ativos		+	+
Suicídios aos investimentos		+	+
Juros e rendimentos similares		+	+
Dividendos		+	+
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimentos (2)</b>		+ / -	+ / -
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízo			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes de:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>		+ / -	+ / -
Variação de caixa e seus equivalentes			
Efeito das diferenças de câmbio		+ / -	+ / -
Caixa e seus equivalentes no início do período			
Caixa e seus equivalentes no fim do período			

Fonte: Manual “As Novas Demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade”.



### **3.4.1- Objetivo na construção do mapa de demonstração de fluxos de caixa**

Segundo Sá Silva a DFC é útil ao proporcionar aos utentes da informação financeira uma base para determinar a capacidade da empresa para gerar dinheiro e equivalentes e determinar as necessidades da empresa de utilizar esses fluxos, em tempo útil.

As DFC, quando apresentadas com as demais peças das demonstrações financeiras, permite aos utilizadores melhorarem o seu conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira (incluindo a liquidez e a solvabilidade) e a capacidade de gerar meios de pagamento em um determinado período tempo, com o objetivo de, designadamente, adaptar-se a situação de mudança e de oportunidade de mercado. (Sá Silva 2007, pág. 162).

A demonstração de fluxo de caixa tem como objetivo salientar os recebimentos e os pagamentos realizados ao longo do período em análise e o saldo de cash-flow disponível. Assim, o analista pode dispor de um mapa que lhe permite apreciar mais facilmente quer o potencial de negócios da empresa, quer as necessidades graves de tesouraria e as probabilidades de falência de tesouraria.

Isto é, o mapa dos fluxos de caixa mostra como são gerados e utilizados os fluxos monetários (pagamentos e recebimentos realizados ao longo do período em análise) pelas atividades operacionais, de investimento e financiamento da empresa. (informação Verbal).

#### **Vantagens da DFC**

Segundo Caiado citado no livro de Gestão Financeira – Análise dos Fluxos Financeiros (Sá Silva) alguns argumentos podem ser apresentados a favor da DFC, tais como:

- Esta abordagem possibilita a comparabilidade das “performances” operacionais divulgadas pelas diferentes empresas, visto que elimina os efeitos de utilização de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transações ou operações. Os fluxos de caixa não são afetados por certos movimentos contabilísticos, designadamente os registados nas contas de acréscimos e diferimentos.

- Para uma empresa sobreviver é essencial que tenha ou administre dinheiro. A DFC mostra a capacidade de uma empresa gerar fluxos monetários bem como a qualidade dos seus resultados. Os acionistas, potenciais investidores, credores e outros utentes da informação contabilística estão preocupados com a capacidade da empresa de fazer às suas obrigações quando da data do vencimento.
- Juntamente com o balanço e a demonstração de resultados, o mapa em causa permite que os utentes avaliem melhor as alterações havidas na situação financeira, incluindo a liquidez e a solvabilidade. Possibilita ainda o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros das empresas.
- Os documentos de prestação de contas não têm em conta a inflação, pelo que muitos procuram um padrão concreto (fluxos de caixa) para avaliar o sucesso ou a falência das operações empresariais.
- Trata-se de uma medida de “performance” relativamente simples que pode ser facilmente assimilada pelos utentes não especializados em análise financeira.

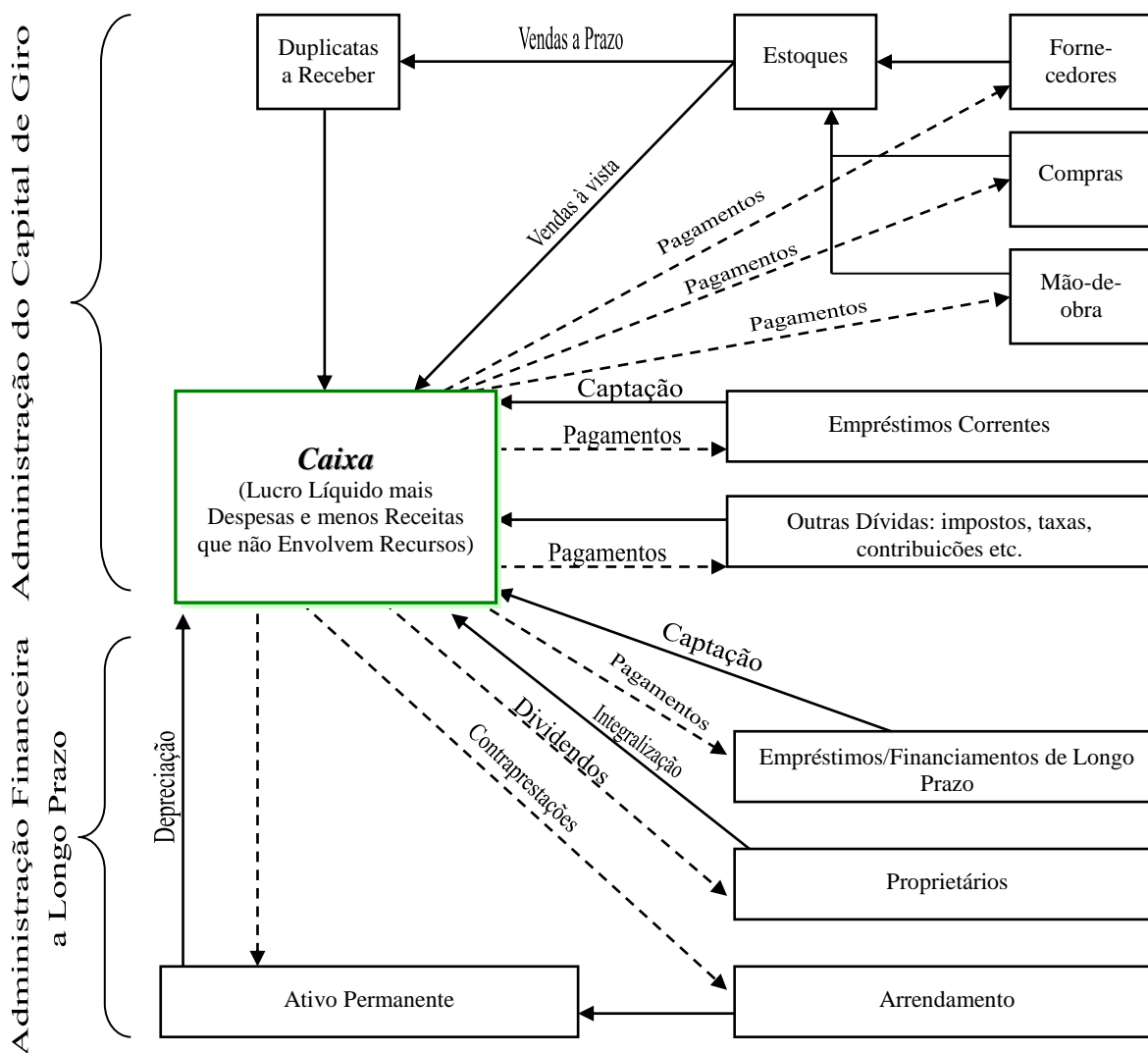
A demonstração dos fluxos de caixa ainda tem a vantagem, relativamente à demonstração de resultados líquidos, de eliminar alguns aspetos subjetivos da contabilidade, tais como as políticas de:

- Valorização das saídas de existências;
- Amortizações;
- Provisões

Desta forma, a boa utilização desta ferramenta possibilita o conhecimento do grau de independência financeira das organizações.

Além do acima exposto pode-se fazer um análise do fluxo de caixa numa abordagem diferente, nomeadamente, compreendendo o sentido dos fluxos do diagrama que a seguir se segue:

**Figura 1 – Diagrama Geral do Fluxo de Caixa**



Fonte: Adaptado de ASSAF NETO E SILVA (2002)

Como se pode observar no diagrama as entradas e saídas de caixa se dão em função das várias atividades realizadas pela empresa, desde as operacionais, que englobam a administração do capital de giro e as decisões financeiras de longo prazo.

Os fluxos monetários são traduzidos em entradas e saída de valores monetários na empresa durante ou determinado período. Esta perspetiva traduz na Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), que é um quadro de informação histórica detalhada dos recebimentos e pagamentos de uma entidade durante um determinado período. Visa responder na sua essência duas importantes questões de muito interesse para os utentes da informação: Onde foi gerado o Dinheiro? Onde foi aplicado este dinheiro.

## **CAPITULO IV- Estudo caso**

### **4- Empresa (SCT, S.A.) Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos S.A.**

O presente estudo de caso tem como objetivo essencial analisar, com recurso a alguns indicadores de gestão (Demonstração Fluxo de Caixa) na Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, S.A. Para a análise, ir-se-á apoiar nas demonstrações financeiras, balanço, demonstrações de resultado, e as demonstrações de fluxo de caixa dos exercícios de, 2014 e 2015, postas a disposição pela empresa e ainda uma entrevista com o chefe da Gestor Administrativo e Financeira, objetivando o entendimento de determinados aspetos de carácter económico e financeiro relacionado com a empresa e com o tema em estudo.

Desde o ano de 2009 a SCT,S.A, tem vindo a apresentar as suas demonstrações financeiras de acordo com as normas estabelecidas no Novo Sistema de Normalização Contabilística e do Relato Financeiro (NSNCRF), proporcionando assim uma melhor satisfação aos seus acionistas.

#### **4.1- Apresentação da SCT<sup>14</sup>, SA**

A SCT, S.A, transformada em sociedade anónima em Fevereiro de 2006, com capital 100% Cabo-verdiana, explora as instalações que estiveram na origem da indústria de tabacos em Cabo Verde, a Companhia de Tabacos de Cabo Verde, SARL. A partir de 1996 e até 2005 transformou-se na SCT uma sociedade por quotas, devido a execução fiscal aplicada à empresa na altura por problemas de tesouraria ocorridos na época; continuando a personalidade jurídica da empresa e conservando todos os direitos e obrigações legais e contratuais da sua esfera no momento da transformação exercendo as suas atividades de produção, importação e comercialização de tabacos e seus derivados.

Desde então, a empresa vem trilhando uma trajetória de sucesso que está diretamente associada a sua capacidade aplicada nos processos industriais/comerciais e na qualidade dos

---

<sup>14</sup> Sociedade cabo-verdiana de Tabacos SA. Em São Vicente

seus produtos, resultando no constante crescimento da sua atuação no mercado de cigarros nacional, na qual possui monopólio, assegurando a elaboração/comercialização de produtos que satisfaçam o desejo de consumidores que exigem qualidade e preço.

É uma sociedade muito útil, tanto pelo seu posicionamento de cooperação direta com a comunidade, como pelo elevado peso da sua contribuição económica através do cumprimento das suas obrigações fiscais. Enquanto empresa no sector do tabaco e tendo em conta as circunstâncias em que exerce a sua atividade, posiciona-se no mercado de modo a satisfazer as necessidades dos consumidores.

A SCT, SA, é a única empresa que fábrica cigarros a nível nacional, contando com uma unidade produtiva instalada no País, em Mindelo, com uma representação comercial na cidade da Praia e um posto de venda na ilha do Sal. A partir da sede, dá cobertura às ilhas de S. Vicente, S. Antão e S. Nicolau, da Delegação na cidade da Praia, as ilhas de Maio, Santiago, Fogo e Brava e da representação comercial em Espargos as ilhas do Sal e Boa Vista.

Ao longo dos anos tem registado melhorias significativas no domínio do controlo da qualidade, por interação com laboratórios externos que analisam mensalmente as amostras dos produtos fabricados.

A empresa tem vindo a investir muito em equipamentos, possui uma capacidade instalada bastante acima da capacidade de absorção do mercado interno. Detém a propriedade de todo o ativo imobilizado registado em balanço, isto é, não tendo quaisquer bens adquiridos através de leasing ou sob qualquer outra forma de locação.

Para uma melhor satisfação dos seus clientes, a SCT conta com um Laboratório de Análises Químicas, e de Controlo Fitossanitário dos produtos de qualidade com equipamentos modernos, que asseguram o cumprimento de normas de controlo estabelecidas pela legislação Portuguesa. O produto passa por diversas fases de controlo como peso (862 miligramas), diâmetro, e qualidade de visualidade do cigarro.

Os produtos fabricados são: Falcões, SG Gigante e o Porto Grande, sendo o SG Gigante, fabricado através de uma licença internacional, enquanto Porto Grande e Falcões são marcas próprias da empresa. Ainda importa e comercializa a Marca Marlboro nas linhas, Red e Gold.

Abastece todo o mercado nacional e, o mercado (legal e contrabando) é dominado pelas seguintes marcas: Marlboro Gold, SG Gigante, Falcões, Porto Grande, Marlboro Red, na qual tem registado um acréscimo no total das vendas da empresa. Ultimamente a SCT tem vindo a produzir e comercializar mais duas marcas diferentes das habituais, nomeadamente Charutos e Cigarrilhas que até 31 de dezembro 2015 encontravam-se sem muita expressão comercial nas vendas representando assim 0,13% das vendas.

Apesar de deter o monopólio na industrialização e comercialização do tabaco, tem-se queixado da concorrência desleal e admite prejuízos de milhares de contos. Porém, e apesar dos esforços das autoridades em combater o contrabando de tabaco no país, a SCT S.A admite não estar sozinha no mercado nacional.

O contrabando tem tido um impacto direto no seu volume de negócios, implicando assim uma redução de contribuições junto ao Estado, com "efeitos negativos" para a sociedade cabo-verdiana.

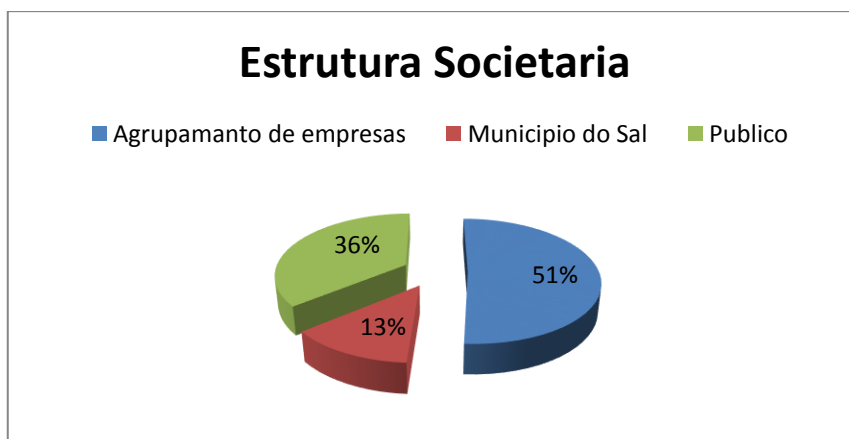
Assinou em 2008 um acordo de parceria com a Polícia Fiscal visando travar uma luta mais efetiva contra o tráfico e contrabando de cigarro, o que também contribui para minimizar a fuga aos impostos alfandegários por parte dos indivíduos que praticam esta atividade ilegal. Juntamente com a Polícia Fiscal, a Alfandega e a IGAE - Inspeção Geral das Atividades Económicas procuraram evitar que os contrabandistas tivessem a audácia de comercializar cigarros impunemente, tendo conseguido obter algum controlo sobre esta prática, uma vez que já foi efetuada uma operação conjunta de queima de cigarros ilegais.

#### 4.1.1- Estrutura do Capital Social e Acionistas

Desde da criação da SCT, S.A, a mesma já passou por várias alterações (melhorias) na estrutura do Capital Social.

Hoje possui um capital social de 240.000 contos, representados por 240.000 ações, sendo 152.760 nominativos não cotados e 87.240 ações cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, distribuídos pelo público. A cotação das ações não teve oscilação ao longo do exercício, a 31 dezembro de 2014, era de 3.000 escudos por título contra 3000 escudos a 31 de dezembro de 2015 apesar da boa performance de empresa.

**Gráfico 1:** Composição dos acionistas



Fonte: Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos. SA

#### 4.2- Recursos Humanos

A SCT,S.A preza muito os seus RH, visto que o sucesso da empresa, depende do bom desempenho e satisfação destes, em 31 de Dezembro de 2015 apresentava um efetivo de 42 trabalhadores.

Do conjunto de trabalhadores, 29 eram efetivos (69%) e o remanescente (31%) com contrato por tempo determinado, distribuídos pelas três ilhas onde a empresa se encontra representada. Destes, 59.5% são do sexo masculino e 40.5% do sexo feminino.



A faixa etária varia entre 24 e 65 anos, destacando-se o maior número de colaboradores no intervalo entre os 40 e os 50 anos.

No que concerne a antiguidade na SCT, o número de colaboradores distribua-se da seguinte forma:

**Tabela 3-** Variação tempo trabalho dos colaboradores

Período	1 a 10 anos	10 a 20 anos	Mais 20	Total
Número de colaboradores	17	9	16	42

Fonte: Relatório de contas 2015

A boa disposição/saúde dos trabalhadores tem uma influência crucial no desempenho das atividades/tarefas dos trabalhadores, deste modo, na política de saúde no trabalho, foram efetuados exames periódicos (anuais) aos trabalhadores.

De acordo com informações obtidas nos relatórios de contas, a SCT, S.A possui uma política de estágios profissionais, pelo que no ano de 2014 estagiaram 3 recém-licenciados nas áreas de Produção, Contabilidade e Informática.

### 4.3- Benefícios sociais

Sem prejuízos das orientações da direção sobre a contenção dos custos, a Empresa manteve a política dos anos anteriores de apoiar os seus colaboradores, em diferentes aspetos, no âmbito da política de benefícios sociais, conforme o quadro seguinte:

**Tabela 4-** Benefícios sociais

Benefícios Sociais	2015	2014
Refeições	3338	3991
Inspeção Medica	367	409
Assistência Medica	570	540
Gratificação do Balanço	3830	3516
<b>Total</b>	<b>8105</b>	<b>8456</b>

Fonte: relatório conta 2015

Com a atribuição do premio de gratificação de balanço, os trabalhadores auferem uma media de 15,5% de salario/ano o que, em termos motivacionais e uma mais-valia para os colaboradores como para a SCT.

### 4.4- Responsabilidade Social

A SCT tem vindo a desenvolver um bom relacionamento com o meio envolvente apoiando e disponibilizando valores consideráveis para satisfazer necessidades humanas básicas da sociedade civil cabo-verdiana, em áreas fundamentais como saúde, desporto, música, literatura e outras atividades ligadas a cultura e a educação. Assim, ciente do papel que deve ocupar, a SCT tem sido desde sempre uma empresa socialmente comprometida.

### 4.5- Atividade Comercial da SCT

A SCT tem um volume de negócios na ordem dos 800 milhões de escudos aproximadamente, o que representa cerca de 117.004 mil cigarros por ano contra 112.696 mil milheiros vendidos em 2014.

A empresa tem vindo a crescer de ano para ano, tendo a ilha de Santiago a maior fatia do mercado, seguido de São Vicente. A luta contra o contrabando fez-se sentir maioritariamente na ilha de Santiago, sendo que aumentou as quantidades vendidas.

Pelas informações recolhidas nos relatórios e contas, no ano 2015 registou-se um aumento global das vendas em 4.07% comparativamente ao ano anterior foi de 3.5%, originado pelo aumento das vendas de produto acabados (SG Gigante e o Porto Grande) produtos fabricados pela SCT, não obstante os produtos importados (Marlboro Red, especificamente) que também tem vindo a crescer.

#### **4.5.1- Volume Vendas**

Tendo em conta o aumento das vendas acima referido, o crescimento em milheiros foi de 3.82% em relação ao ano anterior.

A marca mais vendida foi o SG Gigante em quantidade e em valor, representado 51.9% do volume das vendas, seguido imediatamente pelo Marlboro Red com (23%), por ordem decrescente temos ainda o Marlboro Gold (13.7%), o porto grande (9.71%), o falcão (0.70%), e o L&M (0.80%).

Em contrapartida o cigarro L&M lançado no mercado em Outubro de 2014, teve um acréscimo em 2015 mas a aceitação não foi a esperada.

Do ano 2014 para o ano 2015 os resultados evidenciaram um aumento de 4.9% nos resultados do exercício antes dos impostos, reflexo da conjugação da evolução positiva dos proveitos das vendas. O aumento das vendas fez com que o gasto com matéria vendida e matéria consumida também aumenta-se, mas, curiosamente a variação de produção diminuiu devido au excedente de produção dos anos anteriores.

A SCT tem vindo a conseguir um bom resultado operacional e financeiro muito embora não se tenha alcançado os desejáveis 100% da quota de mercado, por causa do contrabando, mesmo com todos os esforços desenvolvidos neste sentido, já referidos anteriormente. Mesmo diante do difícil contexto económico que o país vem ultrapassando os resultados operacionais da SCT desde 2012 tem vindo a ter um aumento significativo, isto devido ao aumento das vendas e das políticas adotadas pela empresa.

Anualmente as existências são determinadas com base em inventariações físicas efetuadas com referência a 31 de Dezembro. Os critérios valorimétricos das existências adotados consistentemente ao longo dos exercícios são os seguintes:

- Mercadorias e matérias-primas e subsidiárias – Valorizadas ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescidos das despesas de compra. O imposto de consumo entra para o cálculo do preço das mercadorias importadas.
- Produtos acabados – Valorizados ao custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas e os custos diretos e indiretos e transformação.

A gestão de stocks e o aprovisionamento são áreas cruciais para a SCT uma vez que o desempenho desta área tem reflexos nos resultados produtivos comerciais e financeiros. Essas áreas estão sob a coordenação da direção de produção, que combina em três decisões principais: quanto, quando encomendar e a quantidade de *stock* de segurança, isto para tornar o custo global o menos elevado possível para a empresa. Pode-se assim dizer que a empresa realiza importações tanto de matéria-prima e de consumo, como também de mercadorias e imobilizado.

Na gestão das dívidas a terceiros de curto prazo também se definiu um conjunto de procedimentos a serem seguidos e controlados, como por exemplo:

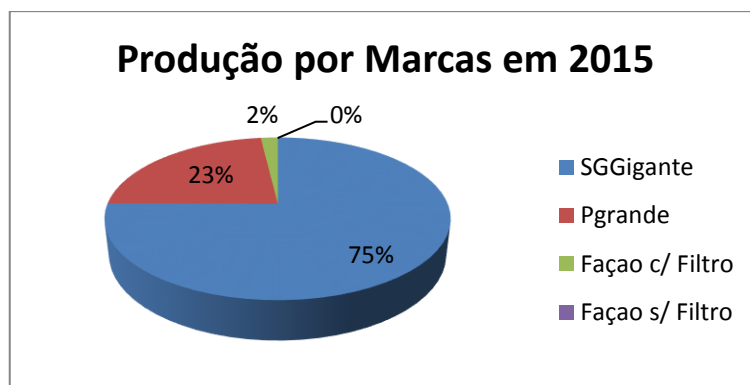
- Controlo dos prazos médios globais dos principais fornecedores (PMP);

- Todos os pagamentos a fornecedores devem ser feitos em tempo, não sendo objetivo da empresa atrasar os pagamentos; principalmente as dívidas ao estado, visto que estes acarretam custos adicionais;
- Todos os fornecedores têm definido os termos de pagamentos;
- Pagamentos a fornecedores internacionais através de transferência bancária;

#### 4.6- Atividade Industrial

A produção, durante o ano de 2015, totalizou 84.622 milheiros de cigarro, o que representa um acréscimo de 1.3% comparativamente ao ano anterior, esse acréscimo é essencialmente devido ao aumento das vendas de SGG. Para além disso esse resultado acarretou também o aumento do fator de utilização da capacidade instalada.

**Gráfico 2:** Produção por marcas



Fonte: relatório conta 2015

##### 4.6.1- Os Investimentos

As decisões de investimento encontram-se enquadradas dentro da estratégia geral de desenvolvimento da empresa na qual são definidos os objetivos, as opções de financiamento e os riscos associados. A empresa tem vindo a realizar alguns investimentos principalmente no âmbito de estratégia para a área comercial.

A empresa tem vindo a investir parte do seu capital em equipamentos sob atingir os objetivos comerciais e produtivos. No ano 2015 foram investidos 7175 contos em equipamentos nomeadamente, QTM2 e QTM3 instrumentos de controlo para melhoria de qualidade dos seus produtos.

Ainda no que tange a aquisição de acessórios os menos exigentes para os equipamentos fabris continuaram a ser adquiridos e confeccionados localmente e aqueles, cujas ligas são mais complexas e o respetivo material não se encontra disponível no nosso mercado foram adquiridos no exterior com algumas dificuldades devido a idade do parque industrial.

#### **4.7- Aspetos de Carácter Administrativas Económicas e Financeiras da SCT, SA**

O objetivo da Administração financeira da empresa é aumentar o valor do património líquido da empresa, por meio da geração de lucro líquido, decorrente das atividades operacionais da empresa. Para realizar essa tarefa, o gestor financeiro precisa ter um sistema de informações essenciais que lhe permita conhecer a situação financeira da empresa e tomar as decisões mais adequadas, maximizando seus resultados.

È responsabilidade da Divisão Administrativa e Financeira (DAF) assegurar as funções da gestão financeira da empresa, principalmente a gestão da tesouraria, em que o chefe da divisão desempenha as seguintes funções:

- Dirigir o pessoal integrado na divisão, por tanto distribui, orienta e controla a execução dos trabalhos dos subordinados;
- Organizar as atividades da divisão, de acordo com o plano de atividades definido, e proceder à avaliação dos resultados alcançados;
- Promover a qualificação do pessoal da divisão;
- Movimentar as contas bancárias, assinando cheques conjuntamente com o diretor geral;
- Apresentar o balanço anual a direção geral e/ou auditores para emissão de seu parecer;

- Análise e planeamento financeiro: baseia em coordenar as atividades e avaliar a condição financeira da empresa;
- Representar a sociedade junto das instituições para resolução de questões inseridos dentro da sua competência;
- Desenvolver esforços no sentido de encontrar soluções possíveis para os problemas que afeta a funcionamento do departamento e que visam a correção de erros e desvios;
- Orientar e coordenar os trabalhos para a elaboração dos instrumentos de gestão previsional.

Assim, o principal objetivo da divisão administrativa da SCT é assegurar que a mesma disponha dos meios financeiros necessários para o desenvolvimento da sua atividade e que estes sejam utilizados racionalmente.

Na gestão do disponível ela adota os seguintes procedimentos:

- Cruzamento dos cheques emitidos;
- Depósito dos cheques recebidos nas contas bancárias existentes nos próprios bancos sacados;
- Pagamento aos fornecedores e outras entidades continuamente por transferência bancária;
- A elaboração e o controlo sistemático dos orçamentos de tesouraria;
- O controlo diário das contas bancárias;
- Pagamentos, tanto quanto possível, feito na mesma moeda de faturação.

Na gestão do realizável optou-se pela política de vender a pronto, ou seja de não conceder créditos aos clientes, havendo raras situações de créditos concedidos nos períodos que antecederam imediatamente o encerramento da empresa por motivos de férias coletivas, criando condições pontuais de venda aos clientes, com o objetivo de reforçar excecionalmente o *stock* de alguns clientes e evitar possíveis ruturas no mercado. A aplicação dessa política tem contribuindo, efetivamente, para a empresa conseguir prazos médios de recebimento e saldos de clientes relativamente baixos ou inexistentes.

Define também de forma precisa o que se pretende com a gestão das dívidas, a política de cobrança e de provisões.

A manutenção das existências num nível baixo aceitável, tem sido afetado por um conjunto de fatores, como sejam:

- Importação e stockagem de grandes quantidades de matéria-prima por imperativos de gestão do custo dos transportes;
- O mercado é exíguo, pelo que os volumes de importação também o são, e os fretes têm que ser rendibilizados;
- Disposição territorial;

Estas situações têm originado níveis de stock elevadas, apesar da rotação do *stock* se situar muitas vezes nos 30 dias.

Sendo que os *stocks* têm um papel preponderante na regulação do processo produtivo dentro da empresa, ajuda a aumentar a segurança criando defesas contra as variações na procura, manter a devida independência entre as diversas operações e criar as flexibilidades necessárias e também criar segurança contra eventuais atrasos nas entregas por parte dos fornecedores.

#### **4.7.1- A situação económica e financeira da SCT**

A economia cabo-verdiana, após vários anos de abrandamento, tem dado sinais de recuperação num contexto de elevada dívida pública e redução gradual do investimento público. A contribuição da empresa para formação do Produto Interna Bruto (PIB) do país, obtida através do valor acrescentado bruto (4.4%) tem vindo a crescer cada vez mais, retardando o desempenho económico da empresa.



Segundo dados obtidos da entrevista, a SCT baseia num plano estratégico a médio e longo prazo para coordenar as suas atividades e avaliar a situação financeira da empresa, por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados contabilísticos, análise da capacidade de produção e do volume de vendas.

Este planeamento permite a empresa, visualizar com antecedência as possibilidades de investimento, o grau de endividamento, visando seu crescimento e sua rentabilidade, além de indicar caminhos que levam a alcançar os objetivos da empresa, tanto a curto como a longo prazo. Tendo em conta o planeamento, executam anualmente um plano de atividades previsional.

O plano é elaborado com base nos objetivos gerais da empresa, em todas as áreas de atuação. Este tem o intuito de assegurar que a empresa tenha objetivos suficientes para satisfazer os seus compromissos a curto prazo e evitar assim possíveis roturas de tesouraria, levando a SCT a elaboração de um cronograma geral de execução de todas as atividades a serem executados com vista a atingir os objetivos traçados.

A elaboração do orçamento representa um precioso instrumento que a empresa utiliza para o conhecimento e controlo dos fluxos monetários e ainda é uma ferramenta de gestão de curto prazo fundamental para reduzir os riscos do negócio e simultaneamente avaliar a gestão corrente dos responsáveis pela execução da mesma.

Para um melhor acompanhamento do planeamento, a empresa elabora demonstrações financeiras previsionais (balanço e demonstrações de resultados) o que permite uma avaliação do impacto das políticas de curto prazo sobre o risco financeiro da empresa.

A contabilidade é a base do fornecimento das informações para o apoio a gestão financeira, como forma de acompanhar a evolução da empresa, pois as demonstrações financeiras obtidas do tratamento contabilístico, constituem fonte de informação fundamental não só para a gestão da empresa como também para todos aqueles que diretos ou indiretamente estão ligados a empresa.

De acordo com informações fornecidas pela empresa, após a implementação do novo sistema<sup>15</sup> na SCT ocorreram varias mudanças em todo o ambiente de trabalho, sendo os maiores reflexos visíveis na contabilidade. A rotina diária dos trabalhos efetuados na secção de contabilidade modificou, visto que, com a implementação do sistema integrado a função da contabilidade não está mais restrita a lançamentos contabilísticos.

Também com a implementação do sistema os colaboradores da SCT passaram a compreender melhor as atividades que cada secção executa na empresa e ainda permitiu com que todos passassem a entender as atividades da contabilidade. Devido a esses fatores há uma interação de todas as secções com a área de contabilidade o que tem facilitado um melhor entendimento e compreensão dos processos contabilísticos.

**Tabela 5-** Situação Financeira e Patrimonial (contos)

Descrição	2015	2014
<b>Ativo não corrente</b>		
Ativos fixos tangíveis	125.699	130.672
Propriedades de investimentos	162.211	164.613
Outros investimentos	82.431	85.402
<b>Total ativos não corrente</b>	<b>370.341</b>	<b>380.687</b>
<b>Ativos correntes</b>		
Inventários	69.869	122.894
Clientes	18.093	11.469
Estado e outros entes públicos	55.859	2.339
Outras contas a receber	5.562	8.337
Diferimentos	4.989	7.674
Caixa e deposito a ordem	346.798	294.652
<b>Total ativo corrente</b>	<b>501.389</b>	<b>453.767</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>871.730</b>	<b>834.454</b>
<b>Capital Próprio</b>	<b>777.413</b>	<b>726.144</b>
<b>Passivo não corrente</b>		<b>0</b>
<b>Passivo corrente</b>		
Fornecedores	3.631	26.735
Estado e outros entes públicos	86.260	75.196
Outras contas a pagar	2.290	3.676
Deferimentos	2.136	2.703
<b>Total do passivo corrente -</b>	<b>94.317</b>	<b>108.310</b>
<b>Total do Capital próprio e do Passivo</b>	<b>871.730</b>	<b>834.454</b>

Fonte: Relatório de contas 2015

<sup>15</sup> Sistemas Nacional de Contabilidade e relato Financeiro – SNCRF que vigora em Cabo Verde desde 1 de janeiro de 2009

Para a análise da estrutura financeira da SCT, foi importante fazer uma relação entre os diversos elementos que compõem o balanço. O que conseguimos analisar neste quadro?

- O total do ativo não corrente diminuiu em relação ao ano anterior, isto devido a poucos investimentos em ativos não corrente e a depreciação dos já existentes.
- Enquanto que no ativo corrente verificou-se um aumento, que por sua vez está mais acentuada na rubrica Estado e outros entes públicos, isto é valores a receber do estado, além de desta, houve aumento de resultados noutras rubricas, tais como caixa e depósitos bancários, clientes, o que já não acontece com os inventários, dividendos, adiantamentos a fornecedores e nem nos dividendos.
- Não obstante todos esses factos, ainda o total dos ativos ficou positivo, em relação ao ano anterior.
- O passivo não corrente encontra-se com um valor nulo, enquanto que o total do passivo corrente diminuiu devido a rubrica fornecedores, e aumentou o Estado e outras entidades públicas, isto devido a estimativa de imposto sobre rendimento a pagar e a retenção do (IUR) Imposto Único Sobre as Remunerações pagas ou postas a disposição a serem entregues no mês seguinte.

De uma forma geral a estrutura da empresa encontra-se equilibrada, isto é, tem satisfeito os seus compromissos em tempo oportuno, uma vez que a liquidez dos valores ativos se adequa à exigibilidade do passivo, o que demonstra que a empresa encontra-se em equilíbrio financeiro.

Já o passivo circulante sofreu um decréscimo de 2014 para 2015, esse decréscimo deve-se essencialmente a redução das dívidas aos fornecedores.

#### 4.7.2- Rendimentos operacionais

Os rendimentos operacionais, comparativamente com o período anterior, registaram-se um aumento de 28.223 contos conforme o discriminado no quadro seguinte:

**Tabela 6-** Rendimentos Operacionais (contos)

Descrição	2015	2014	Variação	
			ABS	%
Vendas + prestação de serviço	799.383	768.112	31.271	4.1
Variação de produção	-114	3.741	-3.855	-103
Ajustamento e imparidades	2.978	4.372	-1.394	-32
Outros rendimentos e gastos	5.871	3.670	2.201	60
<b>Total</b>	<b>808.118</b>	<b>777.895</b>	<b>28.223</b>	<b>3.62</b>

Fonte: Relatório conta 2015

É de se notar que os rendimentos operacionais da empresa registaram -se resultados positivos ou seja o total dos rendimentos aumentou 28.223 mil escudos numa variação de 3.62 %, na origem desta variação está principalmente, o acréscimo do volume das vendas.

#### 4.7.3- Gastos Operacionais

Em relação aos gastos operacionais tem vindo a oscilar nos últimos cinco anos, neste ano aumentou 14.962 contos comparativamente com o exercício anterior.

**Tabela 7-** Gastos Operacionais

Descrição	2015	2014	Variação	
			ABS	%
Gastos com mercadorias vendidas Matérias consumidas	385.307	370.168	15.139	4.08
Fornecimento serviço externa	58.466	61.293	-2.827	-4.6
Gastos com o pessoal	61.820	60.386	1.434	2.37
Ajustamentos e imparidades		128	-128	-100
Outros gastos e perdas	34.421	33.068	1.344	4.06
<b>Total</b>	<b>540.005</b>	<b>525.043</b>	<b>41.962</b>	<b>2.85</b>
<b>EBITDA</b>	<b>268.112</b>	<b>254.851</b>	<b>13.261</b>	<b>5.3</b>

Fonte: Relatório de contas 2015

Fazendo uma análise do quadro anterior, concluiu-se que o fornecimento e serviços Externos decresceram, na origem desta variação esta uma política adotada pela empresa na redução

dos gastos, enquanto que, os Gastos com Mercadorias vendidas e Matérias Consumidas aumentaram na mesma proporção das vendas.

Os gastos com o pessoal registaram um ligeiro aumento justificado pelo aumento de salário verificados só em meados de 2014 (6 meses) e indemnizações. Os resultados antes das depreciações, efeitos financeiros e imposto situaram-se em 268.112 contos (contra 254.851 contos apurados em 2014), devido aos efeitos conjugados do ligeiro aumento de vendas e da diminuição dos gastos de fornecimento referidos no ponto anterior.

Fazendo uma análise desses resultados concluiu-se que, os resultados operacionais a variação situa-se em 5.7%, 2.8% mais que o ano anterior, isto é aumentou 13.572 contos, explicado essencialmente, pelo aumento das vendas e das políticas adotadas pela empresa.

Este nível de Rendibilidade dos Capitais Próprios<sup>16</sup> (25.7%) é muito positivo, mormente, se tiver em conta o contexto económico difícil que o País atravessa, mas, isso quer dizer que não obstante esta constatação, a empresa tem um bom desempenho e uma grande capacidade de gerar lucros e remunerar os seus acionistas.

Em termos de Resultado operacional (253.230 contos, contra 239.658 contos apurados em 2014) verifica-se um aumento 13.572 contos equivalente a 5.7% comparando com os 2.9% em relação ao período anterior explicado essencialmente pelo aumento das vendas e das políticas adotadas pela empresa.

---

<sup>16</sup> RCP é quociente entre Resultado líquido e o Capital Próprio

Resultado Financeiro (rendimentos financeiros – gastos financeiros) Situam-se em 19.415 contos (contra 18.269 contos em 2014).

**Tabela 8-** Resultados Financeiros(escudos)

Descrição	2015	2014
<b>Rendimentos</b>		
Juros obtidos	13.543	14.597
Rendimentos de imoveis	4.458	2.140
Ganhos e participações de capital	0	0
Diferenças de câmbios favoráveis	0	0
Descontos de pronto pagamento obtido	0	0
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
Outros	1.412	1.530
<b>Total</b>	<b>19.415</b>	<b>18.269</b>

Fonte: Relatório de Conta de 2015

Conclui-se assim que os resultados financeiros no fim do período continuam positivos e aumentando do ano para ano, apresentando uma variação de aproximadamente 6% em relação do ano anterior, isso demonstra que a SCT tem sempre evidenciado resultados positivos/lucros derivados das decisões financeiras, quer no que concerne á aplicação de excedentes ou no que toca aos de financiamento das necessidades financeiras.

#### 4.7.4- Indicadores económicos e financeiros

**Tabela 9-** Indicadores económicos e financeiros

Descrição	2015	2014
<b>Equilíbrio</b>		
Rotação de stocks (Dias)	106	110
Prazo Medio de Pagamento (dias)	30	30
Prazo medio de recebimento (dias)	8	5
Fundo maneio (contos)	4072	345.457
<b>Estrutura</b>		
Liquidez geral	4.6	4.2
Autonomia financeira	89%	87%
Solvabilidade	824%	670%
<b>Rentabilidade</b>		
Rentabilidade das vendas	25.2%	24.7%
Rentabilidade do capital próprio	25.9%	26.1%
<b>Viabilidade</b>		
Meios libertos brutos	281.656	269.449
<b>Capitalização Bolsista a 31 Dezembro (contos)</b>	<b>261.720</b>	<b>261720</b>
<b>Plyaout Ratio</b>	<b>74.53%</b>	<b>79.22%</b>

Fonte: Relatório de contas 2015

Para a análise da situação económica e financeira da SCT utilizou-se o rácio liquidez, complementados ainda com uma análise dinâmica do prazo médio de recebimento, de pagamento e da rotação dos stocks.

O rácio de liquidez geral, obtido pelo quociente entre o ativo circulante e o passivo circulante, apresenta valores positivos e credíveis, sendo em 2014/2015 é de 4.2 / 4.6, o que demonstra que a empresa dispõe de liquidez suficiente para satisfazer compromissos de curto prazo de exigibilidade, ou seja, as suas responsabilidades de curto prazo poderão ser satisfeitas recorrendo às disponibilidades, créditos de curto prazo e as existências, assumindo assim um certo conforto.

Em relação ao prazo médio de recebimento houve uma ligeira alteração, passou-se de 5 em 2014, para 8 dias em 2015, adquirido através do quociente entre os clientes e o volume de venda. Este valor demonstra que as condições de venda da empresa são favoráveis por vender à vista, causado pela situação de monopólio no mercado.

Enquanto que, o prazo médio de pagamento, manteve-se nos 30 dias, mesmo assim, pode-se afirmar que, a SCT encontrava-se em boa posição financeira, pois em média consegue dos fornecedores prazos de créditos vezes superior ao que é concedido aos clientes, o que demonstra uma vantagem em termos de gestão dos créditos, traduzido na inexistência do volume das dívidas dos clientes.

De ano para ano a rotação dos stocks tem vindo a aumentar o número de dias, mas curiosamente de 2014 para 2015 houve uma diminuição desse prazo, tendo em 2015 decrescido de 110 para 106 dias, essa diferença deu-se devido ao aumento de produção do ano de 2013.

Para além de conseguir satisfazer os seus compromissos de curto prazo com os disponíveis, o aumento do rácio de solvabilidade de 670% para 824%, agregada com os seus capitais próprios, demonstra que a mesma consegue solver as suas obrigações com terceiros a MLP, visto que o ativo circulante cobre os débitos de curto prazo, evidenciando a independência financeira da empresa em relação aos credores a MLP

A SCT apresenta uma elevada autonomia financeira que ronda os 89%, demonstrando uma grande proporção de capitais próprios aplicados, ou seja, não há grandes riscos de insolvência a prazo; assim, há um forte peso do capital próprio em relação as dívidas a terceiros, uma vez que a capacidade de endividamento ronda os 22% no triénio em estudo.

#### **4.8- Analise das demonstrações Financeiras da SCT**

Depois de se ter analisado alguns indicadores financeiros, pode-se ainda analisar as Demonstrações Financeiras, concedidos pela SCT, para uma maior compreensão de todos os resultados apresentados (ver anexos). Estas DF foram preparadas de acordo com o Sistemas Nacional de Contabilidade e relato Financeiro – SNCRF que vigora em Cabo Verde desde 1 de janeiro de 2009. De acordo com este normativo estas demonstrações foram preparadas com base nos seguintes pressupostos: Regime de acréscimo e entidade de Continuidade.



Quando se utiliza o regime de acréscimo em uma empresa isso quer dizer que satisfazem os seus objetivos nas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com o regime contabilístico de acréscimo. Através desse regime os efeitos das transações e outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem.

Regime de continuidade quer dizer que na preparação das demonstrações financeiras anexadas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantidades reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Utilizando as Demonstrações Financeiras da empresa; Balanço, Demonstrações de resultados por Natureza, Demonstrações de Fluxo de Caixa, Demonstrações de Alterações no Capital Próprio, pode-se, através desses resultados, fazer uma análise mais detalhada da situação financeira.

#### **4.8.1- Principais Políticas Contabilísticas**

A SCT S.A, delineou como principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras o seguinte:

- Base da mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- Moeda Funcional e de apresentação
- Ativos Fixos Tangíveis
- Ativos Intangíveis
- Ativos e passivos financeiros
- Imparidade Ativo
- Inventário
- Passivo Contingente e Ativo Contingente

#### **4.8.2- Demonstrações de Fluxo Caixa da SCT**

Segundo Caiado e Primavera Gil, a elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa veio substituir as demonstrações de origem e aplicação dos fundos anteriormente existente. Esta

abordagem possibilita a comparabilidade das “performances” operacionais divulgadas pelas diferentes empresas, visto que elimina os efeitos da utilização de diferentes tratamentos contabilísticos para as mesmas transações ou operações. Os fluxos de caixa são efetuados por certos movimentos contabilísticos, designadamente os registos nas contas “acréscimos” e “diferimentos”.

Ainda segundo eles, para uma empresa sobreviver é essencial que tenha ou administre dinheiro. A demonstração dos fluxos de caixa mostram a capacidade de uma empresa gerar fluxos monetários bem como a qualidade dos seus resultados.

Neste caso conclui-se que o principal objetivo das demonstrações dos Fluxos de Caixa é proporcionar informações sobre os recebimentos e pagamentos de uma empresa, ocorridos durante um determinado período.

Os fluxos de caixa apresentados na demonstração são classificados em três importantes categorias nomeadamente, o fluxo das atividades operacionais, o fluxo das atividades de investimento, e o fluxo das atividades de financiamento, ou seja faz uma análise dessas três vertentes da empresa:

- As atividade operacionais são as que constituem o objeto das atividades da empresa e outras que não sejam considerar como atividades de investimento ou financiamento;
- As de Investimento correspondem a aquisição e alienação de ativos fixos tangíveis intangíveis e aplicações financeiras não consideradas como equivalentes de caixa;
- As atividades de Financiamento são as que resultam de alterações de extensões e composição dos empréstimos obtidos e do capital próprio da empresa. (Caiado e Primavera Gil)

As DFC podem ser representadas por dois métodos diferentes; Método Direto, o Método Indireto. A SCT optou pelo Método Direto para apresentar os seus resultados do período de 2015 comparativamente com o ano de 2014. Este mapa é construído através de informações

provenientes do Balanço, das Demonstrações de Resultado por Natureza e outras informações complementares; todas apresentadas pela mesma.

**Tabela 10-** Demonstração de Fluxo de Caixa

Rubricas	2015	2014
<b>Método Direto</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Recebimento de clientes	916.604.492	881.787.730
Pagamentos a fornecedores	-466.252.652	-523.040.554
Pagamento ao pessoal	-50.831.912	-52.909.677
<b>Caixa Gerada das operações</b>	<b>399.519.928</b>	<b>305.837.499</b>
Pagamentos /recebimento do imposto sobre rendimento	-118.626.022	-87.210.240
Outros recebimentos /pagamentos	-91.797.558	-44.683.217
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>	<b>189.096.348</b>	<b>173.944.042</b>
<b>Fluxo caixa das atividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-367.791	-1.907.187
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	7.625.766	9.946.570
Outros ativos		
Juros e rendimentos similares	5.791.277	5.766.515
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>	<b>13.049.252</b>	<b>13.805.898</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-150.000.000	-150.000.000
Recebimentos		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>	<b>-150.000.000</b>	<b>-150.000.000</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>52.145.600</b>	<b>37.749.940</b>
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	294.652.513	256.935.571
Caixa e seus equivalentes no fim do período	346.798.113	249.652.513

Fonte: relatório conta 2015

A DFC é um documento de informações referente aos fluxos de dinheiro gerados e utilizados pelas atividades operacionais, de investimento e de financiamento da empresa, esses resultados vão por sua vez complementar as informações recolhidas nas outras demonstrações económicas e financeiras; balanço, a demonstração de resultados. As demonstrações de resultado representa a evolução económica, enquanto as DFC organiza e mostra a evolução financeira da empresa, isto é, divulgando todos os elementos provenientes dos recebimentos e dos pagamentos de caixa, possibilitando os acionistas compreender como é que a empresa gera e utiliza os meios de pagamento.

Vimos anteriormente que a SCT baseia num plano estratégico de medio e longo prazo para coordenar as suas atividades e avaliar a situação financeira da empresa, por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados contabilísticos, plano esse suportando um orçamento definido de acordo com as previsões da empresa, com a obtenção desses resultados conclui-se que esses planos em termos de investimento e financiamento para o ano de 2015 foram todos concretizados com sucesso; isto é o total do fluxo caixa operacional é positivo de tal forma que consegue financiar as de investimento e de financiamento, fornecendo assim a empresa uma certeza de que os objetivos de curto prazo sejam cumpridos.

Segundo a análise feita pelo contabilista da empresa, a elaboração da DFC pelo Método Direto, fornece melhores informações que são de grande importância para a análise da empresa isto é evidência as modificações ocorridas nas disponibilidades da mesma.

Desafio-o uma análise dos resultados das Demonstrações do Fluxo de Caixa da SCT num esquema apresentado pelos autores “António Caiado e Primavera Gil”.

Neste esquema, encontrou-se discriminados os Fluxos Líquidos de cada uma das Atividades (diferenças entre Recebimentos e Pagamentos), e no final apurou-se o Fluxo Líquido do período de 2015.

Esquema 2: Fluxos Líquidos da empresa ( em escudos)

	<u>Recebimento</u>		<u>Pagamento</u>		<u>variação</u>
Atividades Operacionais	399.519.928	-	210.423.580	=	189.096.348
					+/-
Atividades de investimento	13.417.043	-	-367.791	=	13.049.252
					+/-
Atividades de Financiamento	0	-	-150.000.000	=	-150.000.000
					-
					52.145.600

Fonte: “António Caiado e Primavera Gil”.

O fluxo líquidos das atividades operacionais indica-nos em que medida a empresa tem capacidade para gerar recursos a partir da sua atividade principal. Se apresentar valores elevados, a empresa vai poder responder aos investimentos realizados, aos juros e aos dividendos a pagar aos fornecedores, e no caso da SCT constatamos que o fluxo da atividade operacional é positivo e é suficiente para cobrir os atividades de investimento e de financiamento.

Isso só se vem confirmar os resultados obtidos na tabela de DFC e de se fazer concordar que a política de vender a pronto, salvo um ou outro caso, é uma estratégia bem implementada. Uma questão que pode realçar depois desses cálculos, é se a variação de caixa e seus equivalentes obtido nas demonstrações financeiras pode ser considerado como o resultado líquido da empresa? Se não então qual é diferença entre eles.

O resultado líquido da empresa é calculado nas demonstrações de resultado por natureza, é apurado após os efeitos da situação financeira e fiscal da empresa, esse resultado obtidos representa o montante à disposição dos sócios para aplicação na remuneração do capital próprio investido, sendo esse resultado positivo não quer dizer que a empresa possui dinheiro suficiente para cubrir os compromissos de curto prazo.

Enquanto que a variação do caixa e seus equivalentes é o resultado obtido da diferença entre as atividades operacionais e atividades de investimento e de financiamento, se a variação for positiva a empresa esta bem em financeiramente caso for negativo também não quer dizer que a empresa não possa vir a ter um RL positivo, mas sendo o caso a empresa necessita de elaborar uma estratégia de como converter os proveitos em dinheiro.

No caso da SCT todos esses resultados apresentam resultados positivos logo o resultado líquido apurado no fim do exercício é de 201.268.797(escudos). É caso para dizer que equilíbrio financeiro da SCT advém diretamente da gestão eficiente das Demonstrações Financeiras.

Para responder a questão que visa a elaboração desse trabalho, debruçando nos resultados da SCT, o Conselho de Administração propõe a Assembleia Geral dos Acionistas que o Resultado Líquido obtido em 2015 fosse distribuídos nas seguintes rubricas, Dividendos e Outras Reservas, de modo a ampliar o desenvolvimento da empresa, visto que os acionistas têm investido muito no capital, isto é, pode-se afirmar que essas decisões só foram tomadas por causa da transparência que essas Demonstrações lhes forneceram, dando segurança as tomadas de decisões.

## 5- Conclusões

A elaboração deste trabalho contribuiu muito para o reforço dos conhecimentos, a nível teórico e prático, relativamente aos conceitos das demonstrações Financeiras, permitindo ainda um melhor domínio sobre os instrumentos e as técnicas de gestão. Também permitiu compreender o campo de atuação da Gestão de Fluxo de Caixa, que vai muito além de recebimentos e pagamentos.

As informações sobre fluxo de caixa são relevantes, na medida em que permitem aos investidores e credores projetar a capacidade que a empresa terá de distribuir dividendos, pagar juros e amortizar dívidas. Além desses pontos, a informação sobre o fluxo de caixa destaca-se, também, por auxiliar na determinação da liquidez e solvência empresarial.

A utilização da ferramenta financeira fluxo de caixa possui eficiência na gestão porque define através de segmentos (disponibilidade, atividades operacionais, atividades de investimento, e atividades de financiamento) as informações financeiras da empresa que possibilita a interpretação do gestor financeiro quando houver a necessidade de tomar decisões relacionadas com o capital da empresa. Esta forma de organização de fluxo de caixa contribui para o desenvolvimento das competências do gestor, porque o mesmo pode utilizar sua análise no; planeamento, controlo financeiro tomadas de decisões nos investimentos e nas finanças, observar o grau de liquidez no caixa e na realização de planos de pagamentos futuros.

A DFC, ao disponibilizar todos os valores de forma clara e organizada, por sua vez permite que a gestão seja acompanhada de forma eficiente, pois quando houver qualquer desfalco na empresa o gestor financeiro pode identificar de forma rápida possíveis falhas e, decidir que recebimentos/ pagamentos deve efetuar para que haja a normalização do sistema financeiro.

Diante disto, pode-se concluir que o fluxo de caixa como ferramenta financeira, controla, auxilia, projeta, demonstra, organiza, administra, ordena todas as finanças da empresa, e

devem formalizar desta forma o controlo do fluxo do capital, porque esta ferramenta possui contribuições significativas para alavancar a empresa.

No estudo de caso, verificou-se que a estrutura financeira da SCT, S.A tem condições apropriadas para a rentabilidade do investimento global e o aperfeiçoamento da empresa e, seu modelo de exploração tem contribuído para otimizar os indicadores fundamentais com reflexos na rentabilidade global.

Enquanto situação de monopólio, a curto prazo, a empresa adota boa política de gestão dos créditos, não concedendo créditos aos clientes, exceto nos períodos de férias, o que propicia à mesma, condições mais tranquilas para obter posicionamentos estáticos de liquidez mais adequados, demonstrando a essência da estabilidade financeira da SCT, S.A, uma vez que o recebimento das vendas é o ponto de partida e a sustentação das demais áreas funcionais da organização e também o que faz com que a empresa tenha um certo controlo sobre os seus clientes e fornecedores.



## 6- Recomendações

A demonstração dos fluxos de caixa, quando apresentada juntamente com as demais peças das demonstrações financeiras, permite aos utentes melhorar o conhecimento das variações ocorridas na estrutura financeira (incluindo a liquidez e a solvabilidade) e a capacidade de gerar meios de pagamento e em que tempo, com vista, designadamente, a adaptar-se a situações de mudança e de oportunidade de mercado, é necessário o conhecimento básico dos instrumentos financeiros que possibilitam o entendimento de conceitos mais apurados para a tomada de decisão.

A Demonstração de Fluxo de Caixa é uma ferramenta que pode ser utilizado não só para uma análise dados no fim de um determinado período, mas sim pode ser analisado com mais frequência (semanal, mensal, Trimestral, semestral), pelos Gestores Financeiros, pois o fluxo de caixa (recebimentos /pagamento) é uma ato que acontece praticamente todos o dias em qualquer empresa ativa.

Considera-se importante que a empresa tenha uma visão empresarial a médio e longo prazo, pois caso deixa de beneficiar do contrato de monopólio, haverá abertura de mercado, e poderá ser vencida pelas Multinacionais. O fim do monopólio representará um desafio à empresa, que além da concorrência que irá surgir, deverá enfrentar cada vez mais as pressões sociais contra o consumo do tabaco, pois atualmente é considerado umas principais causas da morte humana.

Neste âmbito, afigura-se difícil para a SCT continuar a exhibir os excelentes resultados obtidos até o momento e consequentemente distribuir os mesmos níveis de dividendos aos acionistas, a menos que opte por uma estratégia de diversificação de investimentos.

Em relação as duas marcas de cigarros próprias e fabricadas sob licença o cigarro SG Gigante, Sugere-se a defesa das marcas próprias, pois estes têm pouca visibilidade no mercado, registando volumes de negócios pouco significativo em relação aos produtos comercializados.

A SCT, S.A é uma empresa muito bem organizada e disponibiliza todos os seus dados anualmente para análise, isso é muito bom, mas há que ter muita atenção pelo facto de ser monopólio no mercado em que atua, analisando o bom funcionamento da empresa pode muito bem aparecer outros concorrentes. Diante disto, ousaria a desafiar a empresa, diante desses resultados positivos, que elabora-se um plano “simulação” caso venha aparecer mais empresas querendo um fatia deste mercado, como forma de precaver.

## 7- Bibliografia

- ALMEIDA, R.M.P; BARROS A.F.L, (2009) – O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro - SNCRF- de Cabo Verde. Editor: ATF – Edições Técnicas. Execução Gráfica: Fábrica das Letras, Lda.
- ANDRADE, M.M. (2006), Introdução á Metodologia do Trabalho Científico 7ª Edição, São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- BARAÑANO A.M. (2004), Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão 1ª Edição, Lisboa, Portugal: Edições Sílabo Lda.
- BORGES António e RODRIGUES Azevedo, (2008) – Contabilidade Financeira para Gestão. Edição; Editora/Área Lisboa, Portugal.
- BORGES, António; AZEVEDO, Rodrigues (2002); Elementos da Contabilidade Geral, 21ª Edição; Editora/Área Lisboa, Portugal.
- CAIADO António e GIL Primavera (2004); Metodologia Elaboração dos Fluxos de caixa; Edição; Editora/Área Lisboa.
- DE SÁ, António Lopes - História Geral e das Doutrinas da Contabilidade – 2ª Edição Ampliada, 1998: Vislis Editores
- MARTINS, António; CRUZ, Isabel; AUGUSTO, Mário; SILVA, Patrícia; GONÇALVES, Paulo (2009) – Manual de Gestão Financeira Empresarial, Lisboa Portugal: Coimbra Editora.
- MENEZES, Helder, Caldeiras. (2003); Princípios de Gestão Financeira, 9ª Edição, Lisboa, Portugal: Editora Presença.
- MENEZES, Helder, Caldeiras. (2005); Princípios de Gestão Financeira, 10ª Edição, Lisboa, Portugal: Editora Presença
- NABAIS & NABAIS, Carlos e Francisco (2011), Prática Financeira II – Análise Económica & Financeira, 4ª Edição; Lisboa, Portugal: Editora Lidel.
- NABAIS & NABAIS, Carlos e Francisco, (2005), Prática Financeira I – Análise; Editora Lidel, Lisboa, Portugal.
- NEVES, João Carvalho, (2004) – Análise Financeira, Técnicas Fundamentais – 15ª Edição, Lisboa, Portugal: Textos Editores.

ZDANOWICZ, José Eduardo (1990) - Fluxo de caixa. 8ª Edição- São Paulo: Sagra Luzzatto.

**Outros documentos:**

Portaria nº49/2008, aprova o Código de Contas do SNCRF.

Despacho Normativo nº 1/2008, aprova a Estrutura Conceptual do SNCRF.

Despacho Normativo nº 2/2008, aprova a NRF 1– Apresentação das Demonstrações Financeiras – IAS 1.

Despacho Normativo nº 3/2008, aprova a NRF 2 – Demonstrações de Fluxo de Caixa – IAS 7.

Despacho Normativo nº 4/2008, aprova a NRF 3 – Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – IAS 8.

## **8- Websites**

<http://www.sintec-imp.com.br/informativos>

<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>

<http://www.webartigo.com/artigos/impotenciafluxocaixanasempresas>

<http://revista.fast.edu.br/index.p>

## ANEXOS

# ANEXOS

## **Guião entrevista**

**Empresa: Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, SA**

**Entrevistada: Sr. Adriano Soares**

**Entrevistador: Lilian Cacilda Rodrigues**

**Data: Fevereiro de 2017 Local: Mindelo**

Esta entrevista insere-se no âmbito da redação da minha monografia para a obtenção do grau de licenciatura em Organização e Gestão de Empresa.

O objetivo desta entrevista é a recolha de dados relativos a empresa em estudo.

- 1) Em que ano a empresa foi constituída a empresa, e quem são os acionistas?
- 2) Qual o capital social da empresa?
- 3) Qual o número de acionistas?
- 4) Qual o objeto da empresa?
- 5) Quantos trabalhadores a empresa têm na empresa? Qual a antiguidade dos mesmos?
- 6) Em quantas ilhas a empresa opera?
- 7) Fala-me um pouco da história da empresa nos seguintes domínios:
  - Evolução da situação financeira da mesma;
  - Onde advém as decisões de investimento;
  - Quais são as estratégias que a empresa utiliza para publicitar os seus produtos;
  - Já pensou como reagiria a empresa caso apareça algum concorrente;
  - Variação dos resultados da empresa;
  - As políticas da empresa, para manter e alcançar os objetivos.



Relatório e Contas 2015

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 1 – BALANÇO

RUBRICA	NOTA	2015	2014 <sup>(ECV)</sup>
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos fixos tangíveis	3		
Terrenos e recursos naturais		44.385.000	44.385.000
Edifícios e outras construções		63.585.800	66.350.400
Equipamento básico		9.947.399	9.578.958
Equipamento de transporte		571.780	1.741.954
Equipamento administrativo		1.381.791	1.595.036
Outros activos fixos tangíveis		5.827.232	7.021.340
Propriedades de investimento	4		
Terrenos e recursos naturais		133.868.177	133.868.177
Edifícios e outras construções		28.343.020	30.744.886
Activos intangíveis	5		
Programas de computador			
Investimentos em curso			
Investimentos financeiros em curso			
Activos fixos tangíveis em curso			
Outros investimentos financeiros	6	82.431.388	85.402.154
<b>TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>370.341.587</b>	<b>380.687.905</b>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários	7		
Mercadorias		11.853.415	35.652.127
Produtos acabados e intermédios		14.161.589	14.288.483
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		43.853.722	72.953.954
Contas a receber			
Clientes	8	18.093.020	11.468.636
Adiantamentos a fornecedores		218.368	6.401.125
Estado e outros entes públicos	12	55.859.462	2.339.561
Outras contas a receber	9	5.561.706	8.336.774
Diferimentos	21	4.989.832	7.673.697
Outros activos financeiros	10		
Caixa e depósitos bancários	10	346.798.113	294.652.513
<b>TOTAL ACTIVO CORRENTE</b>		<b>501.389.227</b>	<b>453.766.870</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>871.730.814 *</b>	<b>834.454.775</b>

Relatório e Contas 2015



(ECV)			
RUBRICA	NOTA	2015	2014
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital Realizado			
Capital social		240.000.000	240.000.000
Reservas legais		48.000.000	48.000.000
Outras reservas		179.785.950	140.429.637
Excedentes de revalorização	3	80.088.661	85.742.661
Resultados transitados		28.270.000	22.616.000
Resultados líquidos do período		201.268.797	189.356.313
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>777.413.408</b>	<b>726.144.611</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	11	3.630.962	26.734.872
Adiantamento de clientes			
Estado e outros entes públicos	12	86.260.396	75.195.660
Accionistas/ Sócios			
Outras contas a pagar	13	2.290.058	3.676.264
Diferimentos	21	2.135.990	2.703.368
<b>Total passivo corrente</b>		<b>94.317.406</b>	<b>108.310.164</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>94.317.406</b>	<b>108.310.164</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>871.730.814</b>	<b>834.454.775</b>





Relatório e Contas 2015

## 2 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

		(ECV)		
RUBRICA	NOTA	2015	2014	VARIAÇÃO
Vendas e Prestação de Serviços	14	799.383.535	768.112.338	4,1%
Variação nos inventários de produção	15	-114.429	3.741.722	
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	16	-385.307.802	-370.168.202	4,08%
<b>Resultado operacional bruto</b>		<b>413.961.304</b>	<b>401.685.858</b>	<b>3,1%</b>
Fornecimento e serviços externos	17	-58.465.502	-61.293.857	-4,5%
<b>Valor acrescentado bruto</b>		<b>355.495.802</b>	<b>340.392.001</b>	<b>4,4%</b>
Gastos com o pessoal	18	-61.820.492	-60.386.877	2,3%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		2.978.501	4.372.058	-31,9%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	25		-128.000	
Outros rendimentos e ganhos		5.871.416	3.670.996	59%
Outros gastos e perdas	19	-34.412.932	-33.068.968	3,9%
<b>Resultados antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamentos e impostos</b>		<b>268.112.304</b>	<b>254.851.210</b>	<b>5,2%</b>
Gastos/reversões de depreciações e amortizações	03 a 04	-14.881.985	-15.192.615	-1,4%
<b>Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)</b>		<b>253.230.319</b>	<b>239.658.595</b>	<b>5,7%</b>
Juros e ganhos similares obtidos		13.543.421	14.597.718	-7,2%
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>266.773.740</b>	<b>254.256.313</b>	<b>4,9%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	20	65.504.943	-64.900.000	
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>201.268.797</b>	<b>189.356.313</b>	<b>6,3%</b>
<b>Resultado líquido do período atribuível a:</b>				
Detentores do capital da empresa-mãe		102.948.990	96.855.754	4,4%
Interesses minoritários		98.319.807	92.500.558	4,4%
<b>Resultado por ação</b>		<b>839</b>	<b>788</b>	<b>4,4%</b>



Relatório e Contas 2015

### 3 – DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	NOTAS	2015	2014
(ECV)			
Método Directo			
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	2	916.604.492	881.787.730
Pagamento a fornecedores		-466.252.652	-523.040.554
Pagamento ao pessoal		-50.831.912	-52.909.677
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		399.519.928	305.837.499
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-118.626.022	-87.210.240
Outros recebimentos/pagamentos	2	-91.797.558	-44.683.217
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)		189.096.348	173.944.042
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-367.791	-1.907.187
Investimento financeiros			
Outos activos			
Recebimento provenientes de:			
Investimento financeiros		7.625.766	9.946.570
Outros activos			
Juros e rendimentos similares		5.791.277	5.766.515
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)		13.049.252	13.805.898
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos	2	-150.000.000	-150.000.000
Recebimentos			0
FLUXO DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)		-150.000.000	-150.000.000
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		52.145.600	37.749.940
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		294.652.513	256.935.571
Caixa e seus equivalentes no fim do período		346.798.113	249.652.513